

Relações
Institucionais

4.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

INTRODUÇÃO

A eleição de 2002 marca a retomada do projeto nacional de desenvolvimento como pauta pública e a afirmação do diálogo como ferramenta para sua viabilização política. A Mensagem ao Congresso Nacional de 2003 aponta a disposição de organizar, dar visibilidade e promover os parceiros estratégicos na construção de uma nova vontade política majoritária em torno do desenvolvimento: “Por meio do diálogo com os partidos políticos, com o Congresso Nacional, com as lideranças empresariais, com o movimento sindical e o terceiro setor, queremos articular uma maioria política e social capaz de fazer reformas e criar as condições para o crescimento econômico, com distribuição de renda, criação de empregos e oportunidades de trabalho”.

Dada a ausência de instrumentos adequados para este desafio, foi empreendido um esforço de aprendizagem e organização do Estado, respondendo a três necessidades fundamentais:

- De formação e sustentação de uma maioria estável para governar, mantendo a coalizão em torno do cumprimento do programa acordado entre os partidos que dela participam, em um ambiente partidário múltiplo e, muitas vezes, disperso e instável.
- De convergência e cooperação entre o Governo Federal, estados, Distrito Federal e municípios, em uma Federação com altos níveis de desigualdade e acirrada competição regional, com regras cooperativas pouco claras e escassos mecanismos de cooperação formal e informal.
- De exercício do diálogo e da construção de consensos na sociedade para qualificar e viabilizar o projeto de desenvolvimento de longo prazo, em ambiente marcado por clivagens e exclusões, no qual os atores sociais interatuam pouco.

A Presidência da República tem um papel estratégico na promoção do ambiente social e político e na condução do diálogo para a construção de um Brasil mais justo e desenvolvido. Sendo assim, o desenho institucional para conduzir esse processo passou por movimentos sucessivos:

- ✓ As relações com o Parlamento e os entes federados passaram, em 2004, a constituir um órgão próprio.
- ✓ A criação, em 2005, da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), reunindo, em um único órgão, a coordenação da interlocução do Governo com o Congresso Nacional, os partidos políticos, os estados, o Distrito Federal e os municípios, além de representações da sociedade civil, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). São estes atores fundamentais para a governança e governabilidade das políticas públicas e das ações de governo: o Parlamento, a Federação e a sociedade civil.

Desafios do mandato e compromissos assumidos

“O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.”

Carta ao Povo Brasileiro, 2002

O grande compromisso de governo, expresso desde 2002, de promover o desenvolvimento, com crescimento econômico e combate às desigualdades, impõe às relações institucionais – estabelecidas pela Presidência da República com o Congresso Nacional, partidos políticos, entes federados e representações da sociedade civil – o desafio de articular esforços, construir consensos e ampliar o diálogo. A democratização do Estado e das relações sociais, e um novo equilíbrio entre União, estados e municípios aparecem como condições indispensáveis para a construção de um País mais justa econômica e socialmente.

Este objetivo orientou a construção de um relacionamento respeitoso e propositivo com o Congresso Nacional e o conjunto de partidos políticos, construindo a sustentação da coalizão em torno do cumprimento do projeto de governo acordado entre os partidos que dela participam.

A condução do diálogo com o Parlamento vem exercendo papel estratégico na viabilização de projetos e políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do País. Tendo como focos prioritários o aprofundamento da democracia como valor e as responsabilidades compartilhadas sobre o Orçamento Geral da União (OGU) e sobre temas sociais, econômicos e administrativos de interesse público, a interlocução entre Executivo e Legislativo foi ampliada e buscou-se garantir maioria estável na Câmara e no Senado.

A aposta estratégica no fortalecimento da Federação brasileira conduziu a estruturação e a prática do diálogo federativo, comprometido com um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de enfrentar a agenda estrutural da pobreza, das desigualdades sociais e regionais. Foram criadas instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados, a exemplo do Comitê de Articulação Federativa (CAF), criado em 2003, e que constitui o principal espaço de diálogo entre o Governo Federal e os municípios.

A criação do CDES responde também ao desafio da pactuação em torno do desenvolvimento. Desde o início do governo, em 2003, o CDES se constituiu em um espaço de formulação de alternativas, conformando e liberando uma vontade coletiva que facilitou o rompimento com as condições vigentes no País à época – instabilidade econômica, estagnação, endividamento, fragilidades da máquina estatal, entre outras – e contribuiu para impulsionar o desenvolvimento nacional como responsabilidade compartilhada entre o Governo e os atores sociais.

Entre os produtos do diálogo social, situam-se grandes linhas e acordos estratégicos, que incidiram no planejamento de longo prazo e orientaram proposições específicas para políticas públicas. As chamadas Cartas de Concertação abordam pontos fundamentais e perspectivas para o desenvolvimento. A Agenda Nacional de Desenvolvimento, elaborada em 2004, apresenta uma visão de futuro e propõe objetivos e diretrizes para o desenvolvimento. Apresentados em 2006, os Enunciados Estratégicos aprofundam os consensos obtidos no CDES, dando base para a definição de programas estratégicos para o segundo mandato, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

“O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento.”

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na apresentação do Programa de Governo de 2006

O Programa de Governo de 2006 estabeleceu como desafio para as relações institucionais de governo garantir o relacionamento democrático com o Parlamento, com os estados e municípios, com os partidos políticos e com a sociedade civil, visando à sustentação e ao avanço do processo desenvolvimento no qual o Brasil ingressara.

A formação do Conselho Político da Coalizão, composto pelos presidentes e líderes dos partidos coligados, foi importante no planejamento e execução das políticas implementadas ao longo do segundo mandato. O Conselho Político representa um esforço de estruturação da relação com o Parlamento, tendo como base o conteúdo programático da coalizão de governo e a mediação dos programas partidários que o compõem.

A relação federativa ganhou densidade no segundo mandato e produziu efeitos positivos. O Comitê de Articulação Federativa foi institucionalizado por decreto do presidente da República como uma instância vinculada à Secretaria de Relações Institucionais. Foram criados os fóruns de governadores do Nordeste e da Amazônia Legal. O diálogo permanente produziu ganhos efetivos para estados e municípios, como o aumento das transferências federais e a ampliação da base tributária própria.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as transferências intergovernamentais da União para as unidades da Federação aumentaram significativamente (um crescimento real de 50,1% no período de 2002 a 2009), variação que só não foi maior porque a crise econômica impactou negativamente a arrecadação tributária e os repasses legais e constitucionais a ela vinculados.

Mesmo assim, a parceria com os entes federados foi fundamental para minimizar os efeitos da crise financeira internacional. Foi instituído, em 2009, o programa de Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) para compensar a queda na arrecadação, com o repasse de R\$ 2,3 bilhões, e que garantiu os mesmos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) praticados no exercício anterior, 2008, ano recorde de arrecadação no País. Para os estados e o Distrito Federal, também foram instituídos programas de auxílio financeiro no montante de R\$ 1,6 bilhão (Lei nº 12.306/2010, conversão da MP 484/2010), bem como ampliada a oferta de crédito para compensar a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Estados.

Outras medidas como a renegociação de dívidas dos estados e o parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, bem como a diminuição do valor das contrapartidas exigidas nos programas federais, contribuíram para a recuperação da capacidade de investimento dos entes federativos, permitindo que o País continuasse crescendo, ampliando a rede de proteção social e promovendo ações para dinamizar a economia local. Com estados, Distrito Federal e municípios mais fortes, o Brasil saiu fortalecido para enfrentar a crise.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, por sua vez, consolidou-se como canal de diálogo entre o Governo e atores sociais permitindo a interação, em igualdade de condições, de lideranças que representam um painel significativo da diversidade da sociedade brasileira. Esse diálogo apresentou contribuições fundamentais para temas estratégicos da agenda de desenvolvimento como a reforma tributária, a matriz energética e a educação. Produziu análises e recomendações sobre o grande tema da mudança do clima, o desafio brasileiro da exploração e da produção nas reservas de petróleo descobertas na camada pré-sal, as alternativas para o financiamento e para garantia dos investimentos para expansão da infraestrutura.

Foram decisivos os aportes sobre a crise econômica, visando proteger a dinâmica brasileira de crescimento com distribuição de renda. Moldou-se o consenso sobre a importância da rede de proteção social brasileira, geradora de seguridade para os indivíduos e famílias, ao tempo em que organiza o esforço de manter a produção, o consumo e, portanto, o fluxo econômico.

Na área internacional foram implementadas ações importantes, tais como:

- Estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições internacionais similares ao CDES, existentes em mais de 60 países, além de relações bilaterais em compasso com a política externa brasileira.

- Contribuição para a disseminação do diálogo via CDES como ferramenta para o desenvolvimento, focando, prioritariamente na América Latina e na África.
- A adesão do Brasil ao Fórum das Federações, a criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e do Fórum de Governança Local do IBAS (Índia-Brasil-África do Sul).
- A instituição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
- A institucionalização da modalidade de cooperação descentralizada e federativa, por meio dos protocolos adicionais aos Acordos Básicos de Cooperação Brasil-Itália e Brasil-França.

A articulação político-institucional entre o Governo, os entes federados, os atores sociais e o Congresso trouxe como resultado direto a conversão em lei de proposições estratégicas para o desenvolvimento apresentadas pelo Poder Executivo ao Parlamento, entre projetos de lei ordinária ou complementar, projetos de lei de natureza orçamentária e medidas provisórias. É importante enfatizar o diálogo permanente que permitiu o manejo de crises e o tratamento das divergências com solidez institucional e democrática.

Destacam-se, ainda na relação entre Executivo e Legislativo, importantes avanços para o Estado brasileiro:

- Aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 55/2007, que aumentou a entrega de recursos, pela União, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da EC nº 59/2009, que estabeleceu o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação, a partir de 2011.
- Aprovação da lei do microcrédito, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), fundamental para ampliar a inclusão produtiva e dinamizar a economia.
- Criação e regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que aumentou o aporte de recursos da União para o fundo e ampliou sua abrangência, incluindo a educação infantil e o ensino médio.

É importante citar ainda as negociações em torno da reforma dos sistemas previdenciário, tributário e político. Finalmente, o novo marco regulatório do pré-sal, que definiu a capitalização da Petrobras, e a criação da Empresa Brasileira de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal), expressando um marco fundamental sobre uma riqueza brasileira que representa um futuro promissor.

É importante salientar também o potencial de atuação sistêmica proporcionado pelo diálogo permanente com o Parlamento, os entes federados e lideranças da sociedade civil no tratamento de questões complexas que perpassam essas esferas. A integração das negociações amplia a capacidade de articulação do Governo, de escuta e construção dos consensos e de viabilização de projetos e temas de interesse comum.

As relações institucionais, tais como foram estabelecidas nos últimos oito anos, são primordiais, portanto, para o equilíbrio entre os poderes e para regular o conflito político de forma estruturada e pacífica, segundo regras claras e conforme a vontade cidadã, bem como para promover consenso e mobilizar lideranças sociais na construção do desenvolvimento que beneficia a todos e é responsável para com as gerações futuras.

O QUE FOI FEITO

A) RELAÇÕES FEDERATIVAS

O novo Governo estabeleceu uma nova relação com estados, Distrito Federal e municípios, uma relação republicana que nunca considerou vínculos partidários. Para isso, foram criadas instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados, como o Comitê de Articulação Federativa (CAF), em 2003, hoje reconhecido como principal espaço de concertação de uma agenda política compartilhada entre o Governo Federal e os municípios, representados pelas três entidades nacionais: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Ainda no que se refere ao diálogo federativo, merecem destaque os fóruns de governadores do Nordeste, da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, e o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), que promovem o diálogo e a concertação de uma agenda política regional entre os governadores.

Para reequilibrar a Federação brasileira pelo combate às desigualdades regionais foram importantes iniciativas:

- Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco); em cujos conselhos há a participação de estados e municípios.

- Assinatura, em 2009, com os governadores do Nordeste e da Amazônia Legal, dos protocolos de compromisso Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, que pactuaram metas até 2010 para melhorar os indicadores sociais dessas regiões.

Importantes também foram os processos de pactuação federativa realizados no âmbito de programas de governo cujos colegiados contam com a participação de entes federados, a exemplo dos Gabinetes de Gestão Integrada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), responsável pela supervisão e resolução de entraves na execução de obras, e dos Comitês de Articulação Estaduais, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Foram fortalecidos os diversos sistemas federativos, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema de Assistência Social (Suas), que absorvem recursos crescentes por intermédio de fundos estaduais e municipais e adotam um modelo de gestão compartilhada das políticas públicas, por meio de comissões tripartites e de controle social.

O diálogo federativo produziu ganhos efetivos para os entes federados, como a ampliação das transferências e o aumento da base de arrecadação própria. Os fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM) cresceram nominalmente mais de 120%. As transferências voluntárias mais que dobraram seu valor. Segundo dados do Ipea, um dos principais fatores responsáveis pela expansão das transferências intergovernamentais são os repasses vinculados a programas sociais, sobretudo de saúde e educação, que cresceram 118,8% em sete anos.

Entre 2002 e 2009 as transferências intergovernamentais da União para os estados aumentaram significativamente (crescimento real de 50,1%). Essa variação só não foi maior porque a crise econômica teve impacto negativo na arrecadação tributária e nos repasses legais e constitucionais a ela vinculados. Ainda assim, a atuação conjunta dos entes federados diminuiu consideravelmente as consequências da crise. Medidas como o programa de Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM), por exemplo, colaboraram para amenizar as perdas na arrecadação.

Destacam-se, ainda:

- Realização do I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, em 2009, para auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato.
- Lançamento do Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br), para difundir informações de interesse de estados e municípios.

Na área internacional, importantes medidas foram implementadas:

- Adesão do Brasil ao Fórum das Federações
- Criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e do Fórum de Governança Local do IBAS (Índia-Brasil-África do Sul)
- Instituição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
- Institucionalização da modalidade de cooperação descentralizada e federativa, por meio dos Protocolos Adicionais aos Acordos Básicos de Cooperação Brasil-Itália e Brasil-França.

Dentre as iniciativas empreendidas para fortalecer o diálogo e a parceria entre os entes federados e as ações de cooperação federativa, cabe destaque:

Comitê de Articulação Federativa (CAF)

Objetivo

Promover a articulação na formulação de estratégias e implementação de ações coordenadas e cooperativas entre as esferas federal e municipal de governo, para atendimento das demandas da sociedade e aprimoramento das relações federativas.

Ao CAF cabe:

- Contribuir para a formulação de políticas públicas federativas a serem implementadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal.
- Sugerir projetos e ações que visem ao aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e promovam o fortalecimento da Federação.
- Sugerir procedimentos que promovam a integração das ações, no âmbito da administração pública federal, voltadas ao fortalecimento da capacidade financeira, técnica e gerencial dos governos municipais.
- Atuar como instância de articulação e mobilização dos entes públicos e da sociedade, para o aperfeiçoamento da integração e do relacionamento entre os entes federativos
- Realizar estudos e estabelecer estratégias que fundamentem propostas legislativas e administrativas tendentes a maximizar o diálogo, a cooperação e a solidariedade entre os entes federativos.

Data de início

9/3/2003

Instrumento legal

Protocolo de Cooperação Federativa, firmado em 2003 com as entidades nacionais de representação dos municípios (Associação Brasileira de Municípios, Confederação Nacional de Municípios e Frente Nacional de Prefeitos) e depois institucionalizado como instância da SRI/PR pelo Decreto nº 6.181 de 3 de agosto de 2007.

Modelo de gestão

Participam do CAF 18 ministérios cujas políticas têm maior impacto no âmbito municipal, 18 integrantes das entidades nacionais de representação de municípios. A estrutura do Comitê de Articulação Federativa e seus mecanismos de funcionamento são definidos em regimento interno, aprovado por seus membros. O CAF decide por consenso; não existem votações. A estrutura de funcionamento é formada por três instâncias: o pleno, a Secretaria Técnica e os grupos de trabalho. O pleno é constituído pelos membros titulares indicados pelo Governo Federal e pelas entidades nacionais de representação dos municípios signatárias do Protocolo. É a instância máxima de decisão do Comitê. A Secretaria Técnica é constituída por representantes da Subchefia de Assuntos Federativos, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, além das entidades municipais. Tem por finalidade organizar as reuniões e apoiar tecnicamente a tomada de decisão pelo Pleno. Os grupos de trabalho são constituídos para realizar estudos técnicos e aprofundar a discussão sobre temas considerados relevantes. São temporários, extinguindo-se com a conclusão de seus produtos.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A constituição do CAF se deu pela necessidade de criar um canal de interlocução institucional com os 5.564 municípios, que foram reconhecidos pela Constituição de 1988 como entes da Federação. Na impossibilidade de estabelecer um diálogo direto com todos os municípios, criou-se uma instância de representação indireta pelo reconhecimento das três entidades nacionais como legítimas interlocutoras do movimento municipalista brasileiro.

Resultados

O diálogo federativo realizado no CAF produziu ganhos efetivos para os municípios, sintetizados nos três protocolos de cooperação federativa firmados entre o Governo Federal e as entidades de representação municipal. Cada protocolo estabeleceu uma agenda de trabalho para o período correspondente.

Destacam-se como resultados dessas agendas:

- Acordo entre os municípios para uma proposta de reforma tributária e de previdenciária
- Aumento da capacidade econômica dos municípios, reforçada por diversas conquistas pactuadas no comitê, como o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios, a transferência do ITR aos municípios, a partilha da Cide, a revisão da Lei do ISS, a transferência direta aos municípios do salário educação etc.
- Fortalecimento das políticas de descentralização e dos sistemas federativos setoriais, como o SUS, Suas, SNHIS, SNC etc.
- Fortalecimento institucional dos municípios, com a aprovação da lei dos consórcios, lei do saneamento, da política nacional de resíduos sólidos etc.
- Simplificação do acesso dos municípios aos programas federais e ao crédito público federal

Grupo de Trabalho Interministerial de Debate da Proposta de Reforma Tributária**Objetivo**

Debater e pactuar com os municípios proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo Federal.

Data de início

4/6/2007

Instrumento legal

- Resolução CAF nº 1, de 4 de junho de 2007, prorrogada pela Resolução CAF nº 6, de 17 de março de 2008.

Modelo de gestão

O GTI é intersetorial e composto de forma paritária por representantes do Governo Federal (SRI e MF) e representantes das entidades municipalistas – Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Um dos representantes do Ministério da Fazenda preside o Grupo de Trabalho, sendo substituído em suas ausências por servidor por ele indicado.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Faz-se necessário promover uma reforma tributária devido à complexidade do sistema tributário nacional, que provoca distorções dos tributos indiretos, como: cumulatividade, desoneração incompleta dos investimentos, desoneração incompleta das exportações e guerra fiscal, sobretudo relacionada à tributação interestadual do ICMS, além da tributação excessiva da folha de pagamentos e outros problemas.

Para aprovar esse tipo de reforma é necessário um amplo pacto social e, em especial, com os entes da Federação, que são diretamente impactados por ela. No âmbito do Confaz foi possível pactuar essa proposta com estados e Distrito Federal, contudo, para pactuar com os municípios foi necessária a criação deste GTI/CAF.

Resultados

O GTI alcançou seu objetivo, que foi construir consenso junto aos municípios sobre uma proposta de emenda constitucional da reforma tributária, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional (PEC 233/2008).

Grupo de Trabalho Interministerial do CAF sobre transporte escolar

Objetivo

Elaborar proposta, sob a forma de relatório contendo solução jurídica para o cofinanciamento do transporte escolar, para o ressarcimento dos municípios que atenderem com esse serviço os alunos das redes estaduais.

Data de início

4/6/2007

Instrumento legal

- Resolução CAF nº 2, de 4 de junho de 2007.

Modelo de gestão

O GTI adotou modelo de gestão intersetorial e interfederativo, com participação paritária dos três entes da Federação, pelo Governo Federal: Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) e Ministério da Educação (MEC), também responsável pela coordenação do grupo; pelos Estados: Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e pelos municípios: representantes das três entidades nacionais, Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

As deliberações são feitas por consenso pelos membros do grupo.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O desequilíbrio da distribuição de custos do transporte escolar entre as redes municipais e estaduais de educação necessitava ser equacionado, uma vez que é dever do Estado garantir o acesso à educação. O serviço de transporte escolar, na maioria dos casos, é prestado pelo governo local, que fica mais suscetível à pressão popular, mesmo em relação aos alunos da rede estadual. Contudo, não existem instrumentos jurídicos que viabilizem essa cooperação entre estados e municípios com segurança e parâmetros de qualidade para ambos os lados.

Resultados

O GTI cumpriu seu objetivo, que foi elaborar o texto de projeto de lei que fixa normas de cooperação para o transporte escolar na educação básica, apresentado à Câmara em 14/5/2008.

Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI) do Comitê de Articulação Federativa (CAF) para acompanhar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Objetivo

Promover a participação dos municípios no desenvolvimento das ações do PDE, com foco nas ações e programas executados de forma descentralizada.

Data de início

6/8/2007

Instrumento legal

Resolução CAF nº 3, de 6 de agosto de 2007.

Modelo de gestão

O GTI/CAF tem composição paritária. Pelo Governo Federal é composto por dois representantes do Ministério da Educação, sendo um deles seu coordenador, e dois representantes da Subchefia de Assuntos Federativos. Também fazem parte do grupo igual número de representantes dos municípios, sendo um da Associação Brasileira de Municípios (ABM), um da Confederação Nacional de Municípios (CNM), um da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e um da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O GTI deve apresentar relatórios anuais ao Comitê de Articulação Federativa (CAF).

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O PDE representa um grande esforço de articulação das ações nos diversos níveis de governo, com objetivo de melhorar a qualidade da educação em todo território nacional. Grande parte dessas ações e programas está descentralizada aos municípios e exige fixação de metas de qualidade e divulgação dos resultados. Portanto, ao adotar uma abordagem sistêmica, que leva em conta critérios racionais de correção de desigualdades regionais, o atendimento diferenciado, o desenvolvimento local e a ordenação do território, o PDE toma grandes proporções, havendo necessidade de se acompanhar o seu desenvolvimento junto aos municípios brasileiros.

Resultados

O monitoramento das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação pelo GTI/CAF propiciou grandes avanços na área. Entre 2003 e 2010, os investimentos em educação triplicaram, passando de R\$ 19 bilhões para R\$ 59 bilhões. Merece destaque o aumento dos repasses a estados e municípios por meio de programas que abordam a educação em todas as dimensões, tais como:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb): criado em 2007, recebeu aporte do Governo Federal de R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões em 2008. Para 2009, o valor foi de R\$ 5 bilhões, sendo estabelecido, a partir de 2010, um índice de 10% do montante resultante da contribuição de estados e municípios.
- Proinfância: financia a construção de creches, pré-escolas públicas de educação infantil e aquisição de equipamentos e mobiliário. Em 2009 financiou 700 unidades com orçamento de R\$ 421 milhões.
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate): desde sua criação o programa foi ampliado para o atendimento dos alunos da educação infantil e do ensino médio. Teve seu valor per capita reajustado em 8%.
- Programa Caminho da Escola: criado em 2007, consiste na aquisição de veículos para o transporte escolar rural. Em 2009, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) investiu R\$ 563 milhões no Caminho da Escola para a aquisição de mais de 3 mil veículos. O Banco do Brasil liberou financiamento na ordem de R\$ 115,1 milhões, desde agosto de 2007.
- Portal do Professor: lançado em 2008, oferecendo acesso aberto e gratuito, permite acesso a recursos educacionais diversos. O portal tem uma média de, aproximadamente, 17 mil acessos diários.
- Universidade Aberta do Brasil (UAB): atualmente, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets).
- Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja): de 2006 a 2010, o programa conta com 28.343 laboratórios e mais de 7 mil novos laboratórios a escolas rurais. E Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado: formação de 318 mil professores e gestores escolares.
- Expansão da Rede Federal de Educação Profissional: criação de 74 unidades de ensino em todos os estados e no Distrito Federal. O investimento é de R\$ 1,1 bilhão para abrir 500 mil vagas de educação profissional.

Grupo de Trabalho Interfederativo do CAF para o fortalecimento institucional e a qualificação da gestão dos municípios

Objetivos

- Debater e formar uma ação sinérgica entre os diferentes atores envolvidos no fomento às ações de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos municípios:
- Desenvolver referenciais de capacidade de gestão municipal
- Capacitar e oferecer assistência técnica
- Ampliar o acesso à tecnologia da informação
- Reformular e simplificar acesso aos programas federais
- Promover cidadania, controle e participação social

Data de início

6/8/2007

Instrumento legal

- Resolução CAF nº 4, de 6 de agosto de 2007.

Modelo de gestão

O GTI adotou modelo de gestão intersetorial e interfederativo: pelo Governo Federal participam 22 órgãos e entidades, sendo a Secretaria de Relações Institucionais responsável pela coordenação do GT. Pelos municípios, suas três entidades nacionais de representação: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). As deliberações são feitas por meio de consenso.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Grupo de Trabalho Interfederativo foi criado devido à:

- Fragilidade institucional dos municípios e falta de qualidade na gestão pública para promover a arrecadação de tributos e a modernização da estrutura administrativa e fiscal
- Dificuldade de adoção de procedimentos contábeis dentro dos princípios da responsabilidade fiscal; de acesso aos programas federais e às novas tecnologias da informação
- Incapacidade de elaboração de projetos e legislação
- Necessidade de constituição de quadro de carreira, de formação e capacitação de pessoal para gestão de políticas públicas e melhoria do atendimento das demandas dos cidadãos.

Resultados

Os estudos promovidos permitiram o agrupamento dos municípios, segundo características comuns no que diz respeito à sua capacidade de gestão, e possibilitou ao Governo Federal a organização de ações de apoio mais adequadas a cada tipo de município.

- Os procedimentos para o acesso aos recursos do Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) foram simplificados, reduzindo-se mais de mil itens da lista de informações exigidas aos municípios. Essa modificação facilitou e diminuiu o tempo de contratação dos municípios mais vulneráveis, que são historicamente excluídos dos programas de modernização administrativa, proporcionando contratos na ordem de R\$ 231,78 milhões, em 2009.
- O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) foi reformulado e flexibilizado para melhor apoiar cada município de acordo com seu tipo de necessidade na área de gestão pública.
- O Programa de Apoio à Transição Municipal foi criado para dar suporte aos novos prefeitos eleitos em 2008. Desta iniciativa, originou-se também, o Portal Federativo, que tem como objetivo manter os prefeitos informados sobre os assuntos de interesse dos municípios.
- A Rede Nacional para Simplificação de Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Rede sim) foi instituída para simplificar a formalização de atividades econômicas nos três níveis de governo (federal estadual e municipal).

O Grupo de Trabalho Interfederativo do CAF para acompanhamento e implementação da Política de Mobilidade Urbana

Objetivo

Possibilitar a participação dos municípios no acompanhamento e implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, além de propor medidas para o barateamento das tarifas e melhoria da qualidade dos serviços de transporte público urbano.

Data de início

6/8/2007

Instrumento legal

- Resolução CAF nº 5, de 6 de agosto de 2007.

Modelo de gestão

O GTI adotou modelo de gestão intersetorial e interfederativo, com a participação paritária das três esferas de governo.

No GTI, os setores foram representados da seguinte forma:

- Governo Federal: o Ministério das Cidades, que coordenou o GTI; a Secretaria de Relações Institucionais; o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento
- Estados: representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)
- Municípios as entidades nacionais: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Durante décadas, a política de Mobilidade Urbana foi direcionada para atender usuários de automóvel, desconsiderando o transporte público e os meios não motorizados. Isso produziu um conjunto de aspectos externos negativos:

- Perda de participação, importância e desempenho dos transportes públicos coletivos
- Concorrência desleal do transporte informal
- Aumento dos custos dos insumos acima da inflação
- Diminuição do desenvolvimento econômico das cidades
- Degradação ambiental e do bem-estar social
- Exclusão social

Em resposta, o Governo Federal elaborou e enviou ao Legislativo o Projeto de Lei nº 1.687/2007, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, como forma de munir os municípios de instrumentos para executar uma política de transporte que promova o acesso universal às cidades e às suas oportunidades.

Nesse sentido, foi necessário criar uma instância de diálogo com os municípios sobre esse tema e permitir a eles, os principais titulares desse serviço, acompanhar o projeto e pactuar medidas para obter o barateamento das tarifas de transporte público coletivo.

Resultados

Dentre as propostas elaboradas pelo GTI, destacam-se a pactuação do texto do Projeto de Lei nº 1.687, de 2007, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana. A proposta é um dos principais componentes das bases de negociação do tema com os Prefeitos, para que o barateamento das tarifas dos transportes públicos seja indutor da reestruturação dos sistemas de transporte urbano.

Grupo de Trabalho Interfederativo do CAF para as Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões.

Objetivo

Desenvolver propostas visando ao aperfeiçoamento da gestão das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões, bem como à coordenação federativa e à integração das políticas públicas nesses territórios.

Data de início

20/5/2008

Instrumento legal

- Resolução CAF nº 7, de 20 de maio de 2008.

Modelo de gestão

O GTI adotou modelo de gestão interfederativo, com participação paritária dos três entes da federação, assim representados:

- União: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Ministério das Cidades, responsável pela coordenação do GTI
- Estados: Representantes do Conselho de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) e do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM)
- Municípios, as entidades nacionais: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). As deliberações são feitas por meio de consenso pelos membros do grupo

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A fragilidade dos aspectos políticos, econômicos e institucionais que envolvem o tema da gestão das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões provoca falhas de articulação e cooperação entre os entes da federação e o conflito de competências na definição da titularidade dos serviços urbanos e interurbanos que acontecem nas regiões metropolitanas. Com isso, há entraves para a atuação conjunta por meio de arranjos formais de gestão, o que tem prejudicado o dia a dia dos habitantes das regiões metropolitanas.

Resultados alcançados

- O GTI apresentou no pleno do CAF um primeiro relatório com o diagnóstico do problema em todo o território nacional e definiu diretrizes para a gestão metropolitana, alternativas de financiamento da região e integração das políticas setoriais no território.
- As discussões do GTI tiveram o mérito de provocar a reativação do Fórum de Entidades Metropolitanas, que se tornou um importante interlocutor para o tema.

Grupo de Trabalho Interfederativo do CAF sobre Integração Fronteiriça (GTI-IF)

Objetivos

- Elaborar propostas que visem ao desenvolvimento e articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, bem como à coordenação federativa dessas ações.
- Aproximar o Mercosul dos governos locais, estaduais e dos cidadãos brasileiros e resolver seus problemas cotidianos gerados pelo processo de integração regional.
- Tratar as zonas de fronteira como áreas de desenvolvimento, de fortalecimento da integração regional e do Mercosul.
- Articular as diversas ações do Governo Federal sobre o tema da integração fronteiriça e, ainda, articular essas ações com aquelas desenvolvidas pelos estados e municípios.

Data de início

19/11/2008

Instrumento legal

- Resolução nº 8, de 19 de novembro de 2008, do Comitê de Articulação Federativa (CAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da Presidência.

Modelo de gestão

O GTI foi criado por Resolução do CAF e coordenado pelo representante do Ministério da Integração Nacional, sendo substituído em suas ausências por servidor por ele indicado.

O Grupo de Trabalho possui constituição federativa paritária – Governo Federal, estados e associações de municípios – e é composto por representantes, titular e suplente, indicados por órgãos e entidades de: quatro Ministérios, quatro representantes dos governos estaduais, dois representantes dos governos municipais e por três representantes de entidades municipalistas.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Historicamente, devido ao distanciamento dos centros econômicos e políticos, a Faixa de Fronteira foi marginalizada do debate e das decisões políticas nacionais e caracteriza-se, atualmente, pela baixa densidade demográfica e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além de reiterados problemas relacionados à violência, ao crime organizado, ao tráfico de armas e drogas, à exploração sexual, ao trabalho infantil, ao comércio ilegal, à falta de infraestrutura social e produtiva, dentre outros. Entretanto, a riqueza e o potencial dessa região tornar-se-ão mais evidentes mediante o fortalecimento da política de integração com os países vizinhos que vivenciam problemas similares e carecem de soluções conjuntas e articuladas.

Nesse contexto, o GTI/CAF de Integração Fronteiriça constatou que as ações empreendidas pelos agentes públicos federais, estaduais e municipais, embora bem intencionadas, não vêm apresentando a efetividade esperada, traduzindo-se em resultados pontuais e políticas públicas fragmentadas. Percebeu-se que nenhum órgão ou instituição, individualmente, detém a capacidade de enfrentar o complexo desafio do desenvolvimento e da integração da faixa de fronteira, sem que conte com elevada articulação entre os órgãos federais e também entre as unidades federadas envolvidas e suas comunidades fronteiriças.

Resultados

Apresentação do relatório “Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira”, aprovado por unanimidade em reunião do pleno do CAF, ocorrida no dia 14 de julho de 2010.

Publicação de decreto que institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), em 8 de setembro de 2010, no Diário Oficial da União.

O principal objetivo da CDIF será elaborar diretrizes e desenvolver iniciativas necessárias à atuação coordenada do Governo Federal na área fronteiriça. Terá as seguintes atribuições:

- Definir critérios de ação conjunta governamental para o desenvolvimento e a integração da área abrangida pela Faixa de Fronteira, respeitando as especificidades de atuação dos órgãos envolvidos e estimulando a parceria, a sinergia e a complementaridade das ações.
- Propor modelo de gestão multissetorial para as ações do Governo Federal no apoio ao desenvolvimento e à integração da área abrangida pela Faixa de Fronteira.
- Construir e administrar sistema de informações para o gerenciamento das ações a que se refere o item anterior
- Elaborar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços.
- Interagir com núcleos regionais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços.

Grupo de Trabalho Interfederativo do CAF para desenvolver proposta de regulamentação do art. 18, § 4º da Constituição (EC15/1996).

Objetivos

Pactuar com estados e municípios proposta de regulamentação da Constituição, para estabelecer prazo, forma de publicação e critérios do estudo de viabilidade municipal previsto para a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, visando contribuir com os debates da comissão especial formada Câmara dos Deputados para este fim.

Data de início

17/11/2008

Instrumento legal

- Resolução CAF nº 9, de 17 de novembro de 2008.

Modelo de gestão

O GTI adotou modelo de gestão intersetorial e interfederativo, com participação paritária dos três entes da Federação, dos poderes executivo e legislativo, assim representados:

- Governo Federal: ministérios do Planejamento, da Integração Nacional, das Cidades e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, responsável pela coordenação do GTI.
- Estados: Representantes da União Nacional das Assembleias Legislativas Estaduais e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento.
- Municípios: Representantes das entidades nacionais de municípios – Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), além da Associação Brasileira das Câmaras Municipais.

As deliberações são feitas por consenso pelos membros do grupo.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Desde a Emenda 15/1996, que alterou esse dispositivo, a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, por lei estadual, é considerada irregular pelo Supremo Tribunal Federal até que lei complementar federal venha a determinar o período, a consulta mediante plebiscito às populações interessadas dos municípios envolvidos e os critérios para elaboração de Estudos de Viabilidade Municipal, que deverão ser apresentados e publicados na forma da lei.

Resultados

O GTI/CAF cumpriu seu objetivo: pactuou uma proposta de regulamentação do dispositivo constitucional que deverá ser encaminhada ao Legislativo, como a proposta de consenso entre os diversos atores federativos representados no grupo.

Formação de Consórcios Públicos

Objetivos

- Viabilizar a gestão pública por um conjunto de entes federados.
- Permitir que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem sua capacidade técnica, gerencial e financeira.
- Estabelecer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou polos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de serviços públicos.

Data de início

6/4/2005

Instrumentos legais

- Lei nº 11.107/2005
- Decreto nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei dos Consórcios.

Participação e controle social

Os consórcios públicos podem prever, na sua estrutura, a participação da sociedade civil, por meio de instâncias deliberativas ou consultivas.

Modelo de gestão

Os consórcios públicos são instrumentos de cooperação formados exclusivamente pelos entes da Federação. Podem ser constituídos de forma vertical entre a União, estados e municípios, ou de forma horizontal, entre dois ou mais municípios ou entre dois ou mais estados. O consórcio adquire personalidade jurídica própria, que pode ser pública ou privada. A instância máxima de deliberação do consórcio é a sua assembleia, formada por todos os entes consorciados, que podem ter pesos diferentes, de no mínimo um voto.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Em razão da fragilidade dos entes subnacionais, a difusão de consórcios públicos pode fortalecer a gestão pública, sobretudo em relação aos entes federativos com reduzida capacidade administrativa, gerencial e financeira, garantindo maior cobertura e efetividade na prestação de serviços públicos e na execução das políticas sociais descentralizadas.

O consórcio público abre a oportunidade para municípios, estados e União construírem um novo modelo de gestão pública, no qual a solução dos problemas comuns só pode se dar por meio de ações conjuntas, favorecendo, desta forma, a racionalização e otimização da aplicação de recursos públicos.

Resultados

- Parceria do Ministério do Meio Ambiente com 18 estados, para financiamento de estudos voltados à regionalização, elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e apoio à formação de consórcios públicos.
- Criação, por iniciativa da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de projeto piloto de apoio à formação de consórcios públicos em 11 Territórios da Cidadania.
- Segundo dados da Receita Federal, existem cerca de 510 consórcios públicos (Associação Pública) ativos no CNPJ, distribuídos por quase todo o País, com exceção dos estados do Acre e Roraima.
- Criação do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo, por iniciativa da Frente Nacional de Prefeitos, PNUD e Caixa Econômica Federal. Seu objetivo é desenvolver uma base de dados inédita no País sobre consórcios públicos e relações federativas, por meio de um processo de busca, construção e disseminação do conhecimento qualificado sobre o tema.
- Criação do primeiro consórcio público com participação da União, constituído pelas três esferas do governo (União, estado e município do Rio de Janeiro), para centralização e coordenação do esforço de investimento necessário para que a cidade receba as Olimpíadas 2016.

Fórum de Governadores Nordeste

Objetivo

Propiciar melhor integração entre os governadores, e deles com o Governo Federal, por meio da elaboração de uma “agenda federativa compartilhada” para a região, que possa promover o desenvolvimento e induzir ao combate às desigualdades regionais.

Data de início

11/1/2007, com a primeira reunião do Fórum em Natal (RN).

Participação e controle social

As reuniões do Fórum são públicas, e eventualmente podem contar com a participação de entidade da sociedade civil relacionadas ao tema de discussão em pauta.

Modelo de gestão

O Fórum é uma instância de diálogo federativo, de caráter consultivo para o Governo Federal. É constituído pelos governadores dos estados do Nordeste, e suas reuniões são trimestrais, sob a coordenação do governador anfitrião, revezadamente, permitindo que o Fórum ocorra em todos os estados membros. A Secretaria de Relações Institucionais (SRI) participa das reuniões e colabora na sua organização, definição de pauta e convidados, juntamente com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Fórum foi criado por iniciativa da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) para fomentar o diálogo intergovernamental regional, visando, por meio da cooperação federativa, consolidar um projeto nacional de desenvolvimento para a região nordeste, que respeita as particularidades de cada estado e as especificidades regionais. As políticas preexistentes careciam desse diálogo regional, e por isso mesmo acabavam por incentivar a competição entre os estados, sobretudo pela guerra fiscal e pelo acesso aos recursos/investimentos federais.

Resultados

O diálogo federativo promovido pelo Fórum produziu ganhos efetivos para a região. Podemos destacar como principal resultado dessa articulação o tratamento prioritário que a região teve nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento, com a inclusão de projetos estruturantes nas áreas de energia, transporte e saneamento. Além disso, podemos destacar:

- Planos de gestão de recursos hídricos estaduais associados ao projeto de integração das bacias do rio São Francisco.
- Planejamento de políticas culturais de forma integrada regionalmente.
- Medidas emergenciais para o setor sucroalcooleiro do Nordeste que garantiram subvenção extraordinária por tonelada de cana-de-açúcar e a inclusão desse produto no Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
- Planejamento de rotas integradas de turismo na região
- Programa de reestruturação e ajuste fiscal com acordos para alargamento de prazo de amortização da dívida dos estados com o Governo Federal
- Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania firmado pelos governadores da região, cujos objetivos são o enfrentamento do analfabetismo, da mortalidade neonatal, do sub-registro civil e da falta de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar.

Até 2010, foram pactuadas as seguintes metas:

- Alfabetização de 3.716.422 alunos
- Redução de 50% da taxa de mortalidade neonatal
- Diminuição de 5% a 12% (dependendo de cada estado) do sub-registro de nascimento
- Duplicação do número de famílias assistidas pelo programa de extensão rural

Fórum de Governadores Amazônia Legal

Objetivo

Proporcionar melhor integração entre governadores, e deles com o Governo Federal, por meio da elaboração de uma “agenda federativa compartilhada” para a região, que pudesse promover o desenvolvimento e induzir o combate às desigualdades regionais.

Data de início

30/5/2008, com a primeira reunião do Fórum em Belém (PA).

Participação e controle social

As reuniões do Fórum são públicas e eventualmente podem contar com a participação de entidades da sociedade civil relacionadas ao tema de discussão em pauta.

Modelo de gestão

O Fórum é uma instância de diálogo federativo, de caráter consultivo para o Governo Federal. É constituído pelos governadores dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Suas reuniões são trimestrais, sob a coordenação do governador anfitrião, revezadamente, permitindo que o Fórum ocorra em todos os estados membros. A Secretaria de Relações Institucionais (SRI) participa das reuniões e colabora na sua organização, definição de pauta e convidados, juntamente com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para fomentar o diálogo intergovernamental regional, visando, por meio da cooperação federativa, consolidar um projeto nacional de desenvolvimento para os estados que compõem a Amazônia Legal, respeitando as particularidades de cada estado e as especificidades regionais. As políticas preexistentes careciam desse diálogo regional, e por isso acabavam por incentivar a competição entre os estados, sobretudo pela guerra fiscal e pelo acesso aos recursos/investimentos federais.

Resultados

O diálogo federativo promovido pelo Fórum produziu ganhos efetivos para a região. Podemos destacar como principais resultados:

- Apoio aos projetos do PAC/Infraestrutura de Transporte e Logística e ao fortalecimento da Sudam como meios de consolidar a integração regional
- Articulação com o Ministério do Meio Ambiente e governos estaduais no delineamento do Zoneamento Ecológico-Econômico que definiu critérios para a recuperação de áreas degradadas e para a produção de biocombustível nos diversos ecossistemas do bioma amazônico
- Mobilização dos governos estaduais para apoiar as ações da Operação Arco Verde nos 45 municípios com maiores índices de desmatamento
- Articulação com a Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR, com o Itamaraty e o Ministério do Meio Ambiente para a inclusão da demanda dos governadores amazônicos na 15ª Conferência do Clima da ONU
- Atuação decisiva na discussão, análise e encaminhamentos do processo de regularização fundiária, principal ponto da agenda do Fórum. A área total da Amazônia Legal equivale a 59,8% do território brasileiro dos quais 67,4 milhões de hectares são de terras federais não destinadas, 100 milhões de hectares estão sob o controle dos estados e 172 municípios cujos territórios urbanos estão em situação irregular. O processo de discussão com os Governos estaduais e bancada da Amazônia na Câmara de Deputados culminou com a sanção presidencial da Lei nº 11.952/2009 que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União e com a criação de comitê executivo da regularização fundiária que deu início aos trabalhos nos municípios da Operação Arco Verde.
- Compromisso Mais Amazônia pela Cidadania firmado pelos governadores da Amazônia Legal, cujos objetivos são: enfrentar o analfabetismo, a mortalidade neonatal, o sub-registro civil e a falta de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar.

As seguintes metas foram atingidas até 2010:

- Incorporação de 889.931 alfabetizando no Programa Brasil Alfabetizado do MEC
- Redução de 3% a 5% (dependendo dos indicadores de cada estado) na mortalidade neonatal
- Diminuição de 5% do sub-registro de nascimento com exceção dos estados de Roraima e Amapá onde a meta é reduzir em 12%
- Duplicação do número de famílias atendidas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural

Fortalecimento das relações federativas no âmbito do Programa Territórios da Cidadania

Objetivos

Criar consórcios públicos nos territórios da cidadania para promover o desenvolvimento econômico e universalizar o acesso a programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Data de início

Setembro de 2009

Modelo de gestão

- Participação das prefeituras dos municípios de cada território e órgãos dos Governos estaduais e federal que tenham ações no Programa Territórios da Cidadania.
- A iniciativa é intersetorial, pois envolve diversos ministérios: SRI, MDS, MDA e MMA, entre outros. Os consórcios serão multifinalitários, voltados ao desenvolvimento regional. Serão compostos por todos os municípios que formam o território da cidadania e constituídos como pessoa jurídica de direito público.

Participação e controle social

O Programa Territórios da Cidadania estabeleceu como referência na gestão local os colegiados territoriais, que foram compostos por representantes do poder público e da sociedade civil. No modelo de consórcio proposto nessa iniciativa, o colegiado territorial será reconhecido como instância de participação e controle social do consórcio público.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

- Garantir a efetiva cooperação federativa para o desenvolvimento regional sustentável desses territórios, bem como aprimorar a gestão dos recursos federais que estão disponíveis para essas áreas, visando à integração das políticas públicas para redução das desigualdades, a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e a integração da sociedade.

Resultados

- Definidos 11 territórios como projetos pilotos da iniciativa de formação de consórcios públicos nos territórios da cidadania. Para essa escolha, foi considerada a preexistência dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local (Consad) nesses territórios.
- Realizadas reuniões com os prefeitos e com a sociedade civil de cada um dos territórios para esclarecimento e sensibilização sobre a importância da criação de consórcio público naquele território.
- Elaborado modelo de protocolo de intenções para auxiliar os municípios na formação dos consórcios públicos.

Fortalecimento do diálogo federativo no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF)

Objetivo

Garantir o funcionamento do Programa Bolsa Família em todo o território nacional com grande interação na execução com estados e municípios

Instrumentos legais

- Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, aprovando os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social. Define ainda o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa.
- Portaria MDS nº 350, de 03 de outubro de 2007, que dispõe sobre a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no contexto do Sistema Único da Assistência Social, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Participação e controle social

- O Programa Bolsa Família conta com Instâncias de Controle Social (ICS), que permitem a participação da sociedade civil em seu planejamento, execução, avaliação e apoio à fiscalização. O objetivo principal do controle social do Bolsa Família é garantir aos cidadãos espaço para apresentar suas demandas e necessidades ao poder público.
- O modelo de gestão descentralizada do PBF permite que União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhem decisões sobre a operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, criando bases de colaboração para o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social, conforme previsto na Constituição Federal. Para isso, foi definido um modelo que estabelece as competências específicas dos entes federados.

Modelo de gestão

A implementação do PBF depende de acordos de cooperação vertical (entre esferas de governo) e cooperação horizontal (entre setores de atuação do Estado). O modelo de gestão descentralizada do PBF permite que União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhem decisões sobre a operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, criando bases de colaboração para o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Uma das inovações neste processo foi a instituição das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS). Esse é o principal canal de participação da sociedade civil no planejamento, avaliação e apoio à fiscalização do Programa. As ICSs estão presentes em todos os municípios e representam uma das condições de adesão das prefeituras ao Bolsa Família. As ICSs também atuam no sentido de garantir a qualidade das informações do Cadastro e, assim, contribuem não apenas com o Programa Bolsa Família, mas com os demais programas sociais que se valem do Cadastro Único.

O Programa também busca direcionar seus beneficiários para iniciativas das três esferas de governo nas áreas de educação e cultura, desenvolvimento regional, trabalho, emprego e renda, preparação para o mercado de trabalho e apoio ao empreendedorismo.

Resultados

- Maior integração na gestão compartilhada com estados e municípios e maior controle social dos recursos executados.

Fortalecimento das relações federativas por meio das ações do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)

Objetivo

Colocar à disposição de todos os municípios os dados demográficos, cartográficos e informações sobre investimentos e políticas públicas federais – como o Cadastro Único de Mapas de Pobreza utilizados pelo Bolsa Família, o que contribuirá para a elaboração de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação das gestões municipais.

Data de início e término

7/7/2005 a 17/7/2008

Modelo de gestão

O Ministério das Cidades é o órgão executor e coordenador da iniciativa e instituiu o Comitê Gestor de Informações (CGI), por meio da Portaria nº 71, de 10 de fevereiro de 2004. O Comitê possui representação de todas as secretarias e órgãos do Ministério das Cidades. Para ampliar a legitimidade dos produtos propostos, o monitoramento da execução de todas as etapas deste projeto será realizado por membros do CGI.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A partir da necessidade de desenvolver um sistema integrado de informações que, além de permitir um melhor planejamento e controle das ações por parte do Ministério das Cidades, disponibilize informações às administrações municipais e aos cidadãos, viabilizando o planejamento urbano local e o controle da aplicação do recurso público.

A implementação deste projeto passa pela disponibilização, via internet, de dados georreferenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre. Tendo em vista o tamanho da tarefa, foram buscadas parcerias com atores sociais nos níveis federal, estadual e local, para estimular a produção de informações e viabilizar a capacitação dos atores urbanos para seu pleno uso e manutenção.

Resultados

- Foi desenvolvido um mapa digital com imagens de satélites e cerca de 790 indicadores para os 5.564 municípios brasileiros. A ferramenta pode ser acessada pela internet, no site do Ministério das Cidades. Construído com *software* livre, o GeoSNIC parte da ideia de que sua base de dados pode ser permanentemente ampliada com a colaboração de prefeituras, governos estaduais e ministérios.
- Na versão atual, o mapa digital tem imagens via satélite de 40 mil obras federais, a maioria do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há, ainda, indicadores socioeconômicos, demográficos e de desenvolvimento humano, além de estatísticas das finanças municipais, como arrecadação de impostos, gastos e obras do poder público. O programa traz também dados eleitorais e da gestão dos municípios, como os da execução dos planos diretores.
- *Kits* do programa foram fornecidos para todas as prefeituras, que poderão mapear seu território municipal, marcando, nas imagens feitas por satélite, os locais onde estão prédios públicos, os terrenos e as ruas.

Fortalecimento do diálogo federativo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas)

Objetivo

Garantir a efetivação do Suas em todo o território nacional com a participação de estados e municípios, bem como da sociedade civil.

Instrumentos legais

- Portaria MDS/GM nº 736, de 15 de dezembro de 2004, que estabelece procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social.
- Portaria nº 385 de 26 de julho de 2005, que estabelece regras complementares de transição e expansão dos serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Governo Federal, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para o exercício de 2005.

- Portaria MDS nº 350, de 3 de outubro de 2007, que dispõe sobre a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no contexto do Sistema Único da Assistência Social, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.
- Portaria MDS nº 222, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o cofinanciamento federal do Piso Fixo de Média Complexidade para a implantação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e implementação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no âmbito da Proteção Social Especial do Suas, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Participação e controle social

Reconhecendo a importância do papel dos conselhos de assistência social nos três níveis federativos quanto ao controle social do Suas, definido na Lei Orgânica da Assistência Social, as ações desenvolvidas, de apoio técnico e capacitação contemplam meios de potencializar e fortalecer a condução técnica, ética, política e autônoma dos conselhos. Essas ações caminham na direção de valorizar o papel dos conselheiros no processo decisório de regulação, gestão e controle social.

Um exemplo da ampliação da gestão foi a realização, entre 2003 e 2010, de oito reuniões descentralizadas com Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Modelo de gestão

A Lei Orgânica da Assistência Social determina que o financiamento das ações de Assistência Social deve ser compartilhado pelos três níveis federativos, cabendo à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SNAS/MDS) coordenar nacionalmente a política setorial, por meio da regulamentação, acompanhamento e apoio técnico e financeiro às demais esferas. Desse modo, a pactuação das decisões na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), composta por gestores federais, estaduais e municipais é de fundamental importância para o êxito do programa.

No caso da Assistência Social, a pactuação da operacionalização dos serviços e benefícios se dá por meio das Comissões Intergestores Tripartite e Bipartite (CIT e CIB). A CIT é composta pelo MDS, pelos representantes dos Estados (Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social - Fonseas) e dos Municípios (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - Congemas). Nos estados, as CIBs são compostas por representantes dos estados e municípios. Estas comissões se reúnem mensalmente. É um compromisso básico o fortalecimento dessas instâncias por meio de apoio técnico e financeiro.

A definição e implementação das ações de Qualificação da Gestão do Suas requerem intenso diálogo com os entes subnacionais. Nesse sentido, os processos de regulação e gestão do Suas valorizam a discussão e pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), composta por gestores federais e representações dos gestores estaduais (Fonseas) e municipais (Congemas).

Os serviços do Suas se organizam em um sistema descentralizado e participativo, de caráter paritário entre Governo e sociedade civil. As instâncias deliberativas e de controle social estão presentes nos três níveis federativos, por meio de conferências e conselhos (Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social, CNAS, CEAS e CMAS; Conselho de Assistência Social (CAS-DF).

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Suas rompe com o modelo assistencialista e implanta o modelo socioassistencial no Brasil. Organiza-se por níveis de complexidade da proteção social devida à população (básica e especial), tendo dois eixos estruturantes: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização dos serviços. Uma das mais importantes alterações, neste contexto foi a lógica de cofinanciamento regulada pelo Suas, que atualmente pratica o repasse de recursos pactuados da União para estados e municípios pela modalidade de repasse fundo a fundo, extinguindo a conformação anterior a 2003.

Resultados

- O Suas altera o modelo de oferta dos serviços, por meio de equipamentos públicos estatais – as Coordenadorias Regionais de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) – além da ampliação do acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC) para idosos da mesma família.
- Integra serviços e benefícios federais aos serviços, programas, projetos e benefícios dos estados e municípios, por meio de uma rede hierarquizada e complementar.

Fortalecimento do diálogo federativo no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)

Objetivo

Garantir a implantação descentralizada do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o território nacional.

Instrumento legal

- Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Modelo de gestão

O Sisan instituído pela Losan possibilita a gestão intersetorial e participativa e a articulação entre os entes federados para a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em uma perspectiva de complementaridade e otimização das potencialidades de cada setor. A maior parte dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional são descentralizados por meio de transferências voluntárias a estados e municípios, mais especificamente pelo modelo convenial. Anualmente são publicados editais de seleção pública, por meio dos quais são selecionados os projetos financiados.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Na linha de inovações que resultaram em participação social expressiva, indica-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), reinstalado em 2003, que articula Governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. O Conselho tem caráter consultivo, e assessora o presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o País garanta o direito humano à alimentação. Sua ação é inspirada nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Suas representações estaduais são formas de capilaridade para o alargamento da participação social da política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Resultados

- Apoio a organização, o planejamento e a gestão dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads) e a promoção ações intermunicipais de desenvolvimento local, com a participação da sociedade civil e do poder público municipal, por meio do apoio a projetos de desenvolvimento de cadeias agroalimentares de extensão regional. Os Consads são associações formadas entre municípios e que constituem um fórum de discussão com a participação da sociedade civil e o poder público, com o intuito de viabilizar ações conjuntas baseadas na cooperação. Portanto, após amplo processo de mobilização, planejamento e consolidação, o consórcio é constituído envolvendo um terço de representantes do poder público (governos municipal e estadual) e dois terços de representantes da sociedade civil.
- Apoio à formação de Consórcios Públicos: a organização dos municípios é realizada por meio do consorciamento, uma forma de gestão encontrada por estes territórios. Cabe registrar que os Consads ainda não contam com estruturas de consórcios públicos conforme definido pela nova legislação, Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007. Por este motivo, o repasse de recursos aos territórios é realizado por meio de convênios firmados com prefeituras municipais e/ou governos estaduais. Há estímulo para que os Consads se transformem em consórcios públicos, ou ainda que novos consórcios públicos sejam formados para o desenvolvimento regional sustentável.

Fortalecimento das relações federativas por meio das ações do Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetivos

- Promover a integração de ações do Governo Federal, estados e municípios, para a construção do diálogo e desenvolvimento das três esferas federativas no que diz respeito à conformidade dos serviços e ações da Atenção Básica e Especializada, sob a responsabilidade de cada nível de governo
- Verificar o uso dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde para custeio e financiamento desses serviços e ações.

Data do início

1º/1/2004

Instrumento legal

- Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que instituiu o SUS.

Participação e controle social

A construção das ações para o fortalecimento do controle social, da mobilização da sociedade e da Ouvidoria Geral do SUS ocorreram de forma integrada, ultrapassando os limites do Ministério da Saúde e enfatizando os programas interministeriais. O Ministério estimulou a ampla participação por meio do planejamento participativo, estabelecendo fóruns de discussão nas suas diversas instâncias, legitimando o direcionamento das políticas formuladas, as quais são submetidas ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Modelo de Gestão

As conferências de saúde são realizadas a cada quatro anos, nas três esferas de governo, com ampla participação da sociedade, para avaliar a situação do setor e propor diretrizes para a formulação das políticas públicas para a área. O Conselho de Saúde, órgão de controle social, em caráter permanente e deliberativo, é composto por representantes dos segmentos do SUS, gestores e prestadores, trabalhadores e usuários, estes últimos de forma paritária. Estão organizados nas três esferas de gestão: na União, com o Conselho Nacional de Saúde; nas 27 unidades federadas, com os conselhos estaduais; e, nos 5.565 municípios, com os conselhos municipais.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para fortalecer e integrar, em parceria com estados e municípios, as iniciativas e programas do Governo Federal, de modo que resultem no desenvolvimento sustentável e equilibrado nos diferentes níveis de governo e em todas as regiões do País.

Resultados

- Fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) do SUS, componentes federal e estadual, e implementação do componente municipal do SNA
- Integração em rede dos serviços de saúde desde 2003. A estratégia Saúde da Família, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) já funcionam em rede, desafogando os hospitais e reduzindo as filas de atendimento
- Aumento em 54,3%, da cobertura do Programa Saúde da Família. De 2003 a 2010, passou de 62,3 milhões para 96,1 milhões de pessoas em 5.251 municípios. O número de equipes cresceu 59%, passando de 19.068 para 30.328. O número de agentes comunitários de saúde passou de 184,3 mil para 234,7 mil
- Cobertura do Samu cresceu 950% de 2003 a 2009 e abrange 1.269 municípios em todos os estados, com a distribuição de duas mil ambulâncias, sete ambulâncias, quatro helicópteros e 400 motolâncias.
- Investimento de mais de R\$ 1,8 bilhão para o Brasil Sorridente, com crescimento dos procedimentos básicos anuais de 95,6 milhões para 145,3 milhões.
- Redução de até 90% nos preços de 108 medicamentos de uso contínuo pelo Farmácia Popular. De 2004 a 2009, a rede foi de 27 para 529 unidades, beneficiando mais de 11,4 milhões de usuários.
- Crescimento de 51% do crédito para o Mais Saúde no Banco do Brasil, elevando o volume aplicado de R\$ 3,1 bilhões, em julho de 2008, para cerca de R\$ 4,7 bilhões, em fevereiro de 2010.
- Aumento da transferência de recursos do Sistema Único de Saúde em 143%, chegando a R\$ 25,224 bilhões em repasses para a área, em 2009.
- Aumento de 54,3% na cobertura do Programa Saúde da Família, passando a abranger de 62,3 milhões para 96,1 milhões de pessoas, em 5.251 municípios.

Fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)

Objetivo

Promover a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os órgãos ambientais das três esferas de governo, por meio da criação de Comissões Tripartites

Data de início

2003

Instrumentos legais

- O Sisnama foi instituído pela Lei nº 6.938/1981 e regulamentado por vários decretos, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como pelas Fundações instituídas pelo Poder Público responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Participação e controle social

Os principais instrumentos foram as conferências nacionais de meio ambiente e os conselhos nacional, estaduais e municipais de meio ambiente. Aprofundou também os contatos com as organizações estaduais e municipais de meio ambiente e com representantes da sociedade civil buscando, com isso, organizar e implementar instrumentos para controlar e gerir, de maneira ágil, a política proposta baseada no fortalecimento e na consolidação do Sisnama.

Modelo de gestão

Em 2003 o MMA intensificou a construção da Política Ambiental Integrada, descentralizando as responsabilidades pela gestão ambiental entre União, estados e municípios.

Comissões Tripartites: foram criadas como espaço de diálogo entre os órgãos ambientais dos municípios, estados, Distrito Federal e União. O objetivo era qualificar a interlocução e a articulação interna do Sisnama. Esses órgãos participam das comissões por representações paritárias. Os trabalhos, no âmbito nacional, são desenvolvidos a partir de uma lógica de consenso, com decisões construídas por unanimidade.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A capacidade da atuação do Estado na área ambiental baseia-se na ideia de responsabilidades compartilhadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios e entre esses e os demais setores da sociedade. Nesse contexto surgem – a partir da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente – o Sisnama e o Conama.

Dentre suas principais atribuições, podemos destacar:

- Aumento da base de sustentação e de controle social das políticas ambientais
- Descentralização da gestão ambiental
- Transversalidade – o Sisnama deve promover o diálogo e a articulação com os demais sistemas voltados a áreas específicas da gestão ambiental, como o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Singreh) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Resultados

- Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC): Desde sua instituição em 2005, o PNC realizou cursos de capacitação e atendeu 9.322 pessoas ligadas à gestão ambiental em 2.069 municípios de 25 estados nos cursos de PNC Básico, Licenciamento Ambiental (LiA I, LiA II e LiA III), Resíduos Sólidos, Mineração e PNC Rural (regularização de propriedades rurais).
- Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II): A primeira fase do PNMA II _encerrada em 2006, investiu R\$ 43,6 milhões apoiando 43 projetos estaduais envolvendo diretamente 17 estados e 380 municípios.

A segunda fase do PNMA II, iniciada em 2010, obteve os seguintes resultados:

- Implantação de quatro termos de referência para estudos de impacto ambiental de rodovias, portos, linhas de transmissão e hidrelétricas, tipologias consideradas prioritárias, contando com a participação de 12 estados e do Ibama
- Realização de cinco cursos I3Geo

- Implantação de termos de referência para contratação de consultoria para composição de programa de capacitação e para realização dos estudos do “marco zero” do licenciamento nos estados
- Preparação do processo para aquisição de equipamentos de videoconferência

Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf)

O SASF é formado por pelo menos um assessor federativo em cada órgão da administração federal, responsável pelo atendimento dos temas relacionados aos estados e municípios.

Objetivos

- Atender às necessidades de assessoramento e informação do presidente da República, dos ministros de Estado e dos demais dirigentes de órgãos e entidades da administração pública federal, quanto às atividades desempenhadas que envolvam interesses dos estados, Distrito Federal e municípios.
- Coordenar e promover o intercâmbio de informações do Governo Federal com os demais entes federativos, tendo em vista os objetivos gerais e a uniformidade das ações de Governo sobre a matéria federativa.
- Acompanhar as questões referentes às relações entre a União e os demais entes federativos nos ministérios e demais órgãos e entidades da administração pública federal.
- Promover o acompanhamento de requerimentos, consultas e outras solicitações formuladas ao Governo Federal pelos demais entes federativos

Data de início

28/12/2006

Instrumento legal

- Decreto nº 6.005/2006

Modelo de gestão

Integram o Sasf os responsáveis pelas atividades de assessoramento federativo em cada órgão ou entidade da administração pública federal. A Secretaria de Relações Institucionais é o órgão central do Sasf, com a atribuição de orientar e coordenar as ações de seus integrantes, por intermédio da Subchefia de Assuntos Federativos.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf) foi criado diante da necessidade de melhorar e qualificar o atendimento do Governo Federal ao Distrito Federal, estados e municípios, que assim não precisam mais constituir intermediários para o acompanhamento de suas demandas.

Resultados

- Fortalecimento da agenda federativa dentro do Governo Federal e uma atuação mais coordenada junto aos entes subnacionais, com a troca de informações e experiências entre os diversos órgãos da administração pública.
- Os membros do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos se reúnem mensalmente para discutir temas importantes relacionados à Federação brasileira.
- Desde sua criação ocorreram 36 reuniões, que trataram de diversos assuntos, destacando-se:
 - ✓ Apoio à realização das Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios
 - ✓ Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios
 - ✓ Criação e aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Demandas (SGD/SAF)
 - ✓ Integração com o Fórum Nacional dos Representantes Estaduais em Brasília (Fonare)
 - ✓ Apoio ao processo de transição governamental dos municípios
 - ✓ Preparação do Encontro Nacional do Presidente com os novos prefeitos
 - ✓ Discussões para o aperfeiçoamento do novo Portal de Convênio (Siconv) e Portal Federativo
 - ✓ Elaboração da Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2009-2012
 - ✓ Elaboração de medidas de apoio aos municípios para o enfrentamento da crise financeira internacional
 - ✓ Debate sobre a institucionalização dos programas federais e sobre a Lei de Responsabilidade Social

Grupo de Trabalho Interministerial de Apoio à Transição Municipal

Objetivos

- Consolidar as informações existentes no Governo Federal sobre os municípios e colaborar para a efetividade da transição governamental municipal
- Propor, acompanhar e contribuir para a implementação de outras medidas administrativas no âmbito federal, visando apoiar os municípios durante o processo de transição governamental, para que esta etapa se cumpra de maneira eficiente, eficaz e transparente.

Data de início

15/4/2008

Instrumento legal

- Decreto s/n de 15 de abril de 2008, que institui Grupo de Trabalho Interministerial

Modelo de gestão

O Grupo de Trabalho Interministerial de Apoio à Transição Municipal é formado por 21 órgãos federais, sendo a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República responsável por sua coordenação.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O GTI foi criado pelo Governo Federal em resposta à reflexão feita pelo Comitê de Articulação Federativa (CAF), segundo a qual um dos principais problemas para o fortalecimento e qualificação da gestão municipal é sua descontinuidade a cada eleição, fato que também prejudica a efetividade dos programas federais cuja execução está descentralizada aos municípios.

O encerramento de cada exercício de governo exige uma série de providências de todos aqueles que lidam com a administração pública. Por isso, o Governo Federal considerou importante orientar os prefeitos sobre as obrigações legais e sugerir uma transição democrática e republicana, contribuindo assim para a continuidade das ações de planejamento, projetos e programas governamentais.

Resultados

- Cartilha de Orientações ao Gestor em Final de Mandato, tratando das obrigações legais e do rito de transição, em 2008
- Guia com orientações para o início de mandato dos novos prefeitos
- Catálogo de todos os programas do Governo Federal que podem ser acessados pelos municípios contendo uma descrição de cada programa ou ação, órgão responsável e formas de contato
- Revista sobre os programas prioritários do Governo Federal – Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronas) e programas da Agenda Social
- Portal Federativo, reunindo informações disponíveis no Governo Federal sobre cada município brasileiro (situação demográfica, transferências e programas federais), além de manter o prefeito atualizado com relação aos temas de interesse dos municípios.
- Projeto de Lei nº 4.669/2009, que disciplina a transição governamental, com o objetivo de favorecer a continuidade das ações, projetos e programas desenvolvidos, sempre que houver alternância de cargo de chefe do poder executivo.

Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais voltada para política industrial nos estados e município (Renapi)

Objetivos

- Difundir, incentivar e monitorar o acesso aos instrumentos da política industrial nos estados e municípios, contribuindo para o desenvolvimento da estrutura produtiva regional.
- Apoiar e participar diretamente do processo de construção de políticas de desenvolvimento industriais nos estados, estimulando a adoção de uma estrutura similar à da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de modo a facilitar a

aproximação com as iniciativas federais. Além de incentivar a formação de grupos de trabalho para definir programas e ações ajustados às prioridades locais, oferece metodologia e tecnologia de acompanhamento materializadas em sistema web baseado no sistema de gerenciamento da PDP.

Data de início

Abril de 2006

Modelo de gestão

De modo a promover a descentralização da informação e do acesso aos instrumentos da política industrial, conta com os chamados Núcleos Estaduais Renapi de Apoio à Implementação da PDP, formalizados por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a Federação das Indústrias dos Estados e as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A instalação do núcleo Renapi não implica qualquer estrutura física ou funcional, o que reforça seu caráter de instância de governança para coordenar e articular ações relacionadas aos temas da PDP.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Em abril de 2006, a ABDI iniciou um projeto originalmente denominado Rede Nacional de Agentes de Política Industrial, com o intuito de divulgar a então política industrial brasileira – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). A partir do lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo, em maio de 2008, houve um ajuste no foco, na metodologia e na denominação do projeto, que atualmente se chama Rede Nacional de Política Industrial (Renapi). As alterações visaram aperfeiçoar o projeto e facilitar o cumprimento dos objetivos definidos.

Resultados

- Núcleos Estaduais Renapi de apoio à implementação da PDP: no segundo semestre de 2008, logo após o anúncio da PDP, foram instalados os três primeiros núcleos (GO, AC e SE). Em 2009, foram instalados outros dez núcleos (AL, BA, CE, ES, MG, PB, PR, RS, RO e RR). Ao longo de 2010, foram instalados mais cinco núcleos (MA, MS, PA, PE e SC), de modo que existem hoje 18 Núcleos Estaduais Renapi de Apoio à Implementação da PDP. Três estados ainda estão em fase de negociação para integrem a rede (RN, PI e RJ).
- Agenda de Desenvolvimento Industrial do Estado: a principal atividade dos núcleos é a construção e acompanhamento de uma agenda de ações para atender às demandas locais. Em alguns casos, essa agenda se torna a própria Política de Desenvolvimento Industrial Estadual. Atualmente, a ABDI participa diretamente do processo de construção de Políticas de Desenvolvimento Industrial nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Paraná (a PDP Paraná foi lançada em agosto de 2010).
- Dia do Estado: eventos nos quais representantes do Núcleo Renapi Estadual e líderes de projetos/gestores da PDP trocam informações e experiências. O resultado desta aproximação (rodada de negócios institucional) é a formação de agendas setoriais de implantação, no estado, de programas, ações e instrumentos previstos na PDP.
- Programas de Qualificação de Fornecedores (PQF): desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi, o programa visa capacitar empresas fornecedoras de bens e serviços industriais e fortalecer seus vínculos com empresas compradoras.
- Feiras Industriais: instrumento de fortalecimento de pequenas e médias indústrias, tais eventos proporcionam maior visibilidade às empresas, gerando oportunidades de negócio e parcerias. O patrocínio da ABDI/Renapi às feiras viabiliza a participação de empresas no estande que faz parte das contrapartidas.

Três aspectos diferenciam e qualificam o apoio da ABDI:

- Cursos de Elaboração de Projetos de Inovação, visando atender a demandas do setor empresarial. Foram organizadas 25 turmas do curso de elaboração de projetos de inovação em 14 estados brasileiros (AL, BA, CE, DF, GO, MG, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, SE e SP), capacitando 809 representantes de 473 empresas.
- Renapi em Foco: Informativo Eletrônico da Renapi, enviado aos parceiros institucionais e a cerca de 4 mil integrantes da Rede. Desde 2008, foram enviadas 27 edições.

Atendimento às Empresas Emergentes: a partir de estudo conjunto Ipea/UFMG que classifica as empresas industriais brasileiras de acordo com seu grau de maturidade de inovação, a Renapi empreende, desde 2009, ação estruturada e focada no grupo chamado de emergentes (empresas de médio porte, não exportadoras, que investem em P&D com recursos próprios). Entre

fevereiro e julho de 2010, foram realizadas 21 reuniões com esse objetivo em 19 cidades de 12 diferentes estados. Compareceram 653 empresas, 189 das quais manifestaram interesse e receberam atendimento individualizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e/ou Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep)

Programa de Modernização da Administração Tributária e da gestão dos setores sociais básicos (PMAT)

Objetivo

Apoiar a melhoria da qualidade do gasto público dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável e potencializar a aplicação dos recursos nas áreas sociais.

Data de início

Agosto de 1997

Modelo de gestão

O Programa permite que o município invista em ações voltadas para a melhoria da gestão pública com foco nos setores da administração geral, financeiro, patrimonial, de educação, saúde e assistência a crianças e jovens, buscando a redução dos custos para a prestação de serviços nessas áreas.

Trata-se de uma linha de crédito para financiar projetos que contenham ações de modernização incluindo aquisição de sistemas aplicativos, equipamentos de informática, capacitação de servidores e desenvolvimento de programas de treinamentos, execução de serviços técnicos especializados como base cadastral e de tecnologia da informação, equipamentos de apoio à operação e fiscalização, melhoria de instalações físicas, de programas operacionais e de atendimento ao cidadão.

Em 2007, a CAIXA celebrou junto ao BNDES contrato de prestação de serviços para atuar como mandatária nos financiamentos, controle e acompanhamento do Programa.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O PMAT foi criado como instrumento de apoio técnico e financeiro à modernização das administrações municipais. Inicialmente, suas operações eram voltadas para as atividades tributária, financeira e patrimonial, no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 1999, foram incorporadas ao programa ações voltadas à melhoria da qualidade dos gastos públicos e ao aumento da eficiência da atuação nos setores de saúde, educação, assistência social e administração, de modo geral.

Desde a sua criação, o PMAT vem ampliando a transparência da administração pública, além de promover o fortalecimento da cidadania, a qualificação da discussão das políticas públicas e proporcionar um melhor ambiente de negócios para as empresas. Nesse sentido, novos focos foram incorporados ao Programa, como é o caso da saúde, educação e assistência à infância.

Resultados

Até junho de 2010, foram registrados os seguintes resultados:

Situação/Estágio	Valor em R\$
Contratos Assinados	4.756.159,00
Municípios com Projetos em Análise - BNDES	13.706.870,00
Total	18.463.029,00

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM)

Integra o esforço permanente do Governo brasileiro pela manutenção da estabilidade social e macroeconômica, com destaque para a modernização e o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos municípios.

O Programa é executado por intermédio de operações de Crédito para o financiamento de projetos municipais específicos e voltados a criar condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia financeira para o custeio dos gastos públicos, pela melhoria dos fluxos de receitas próprias, bem como pela melhoria no desempenho das funções de atendimento ao contribuinte.

Objetivo

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

Data de início

18/5/2001

Instrumento legal

- Resolução do Senado Federal nº 64, de 25 de novembro de 1999.

Modelo de gestão

O PNAFM é um programa do Ministério da Fazenda, porém suas premissas e a reformulação têm sido discutidas com a Secretaria de Relações Institucionais, no âmbito do Grupo de Trabalho Interfederativo do CAF de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos municípios.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A criação do PNAFM está relacionada à estratégia do Governo Federal para a consolidação e o aperfeiçoamento do pacto federativo constitucional, buscando o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros, com os seguintes focos:

- Melhoria do atendimento ao contribuinte
- Aumento da arrecadação do município
- Integração dos sistemas tributários e de administração (orçamento, finanças, contabilidade e planejamento)
- Comprometimento da administração municipal com resultados

O PNAFM proporciona ao ente municipal ações de equilíbrio fiscal e a melhoria dos gastos públicos, visando à otimização dos recursos públicos para aplicação nas demandas sociais por serviços públicos em maior quantidade e melhor qualidade, inclusive com a transparência de gestão.

Resultados

A execução do PNAFM gera, principalmente, os seguintes produtos/serviços:

- Equilíbrio orçamentário
- Aumento/otimização de receitas próprias
- Cadastro informatizado do IPTU
- Arrecadação tributária mais efetiva – Base cadastral (ISS)
- Redução da inadimplência tributária
- Automação do controle de arrecadação fiscal
- Implantação de sistemas estruturantes (planejamento, orçamento, finanças, e contabilidade)
- Implantação de controles internos e auditoria
- Serviços de atendimento ao cidadão
- Implantação de metodologia de avaliação da gestão municipal
- Limitação dos custos administrativos dos municípios – LRF (pessoal e endividamento municipal)
- Mecanismos de participação social
- Divulgação de informações sobre a gestão municipal

Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (Profisco)

Trata-se de uma linha de financiamento específica para a modernização fiscal dos estados de US\$ 500 milhões para ser utilizada em um prazo de dez anos a contar da data de sua aprovação pela Diretoria-Executiva do BID, através de contratações entre os estados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo o Governo Federal a função de fiador

Objetivo

Desenvolver e implantar o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), composto por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD).

Data de início

Agosto de 2005

Instrumento legal

- Protocolos de cooperação ENAT 02 e 03/2005 firmados pelo secretário da Receita Federal, secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal e por representantes das Secretarias de Finanças das capitais. Referem-se aos Projetos do Cadastro Sincronizado e Nota Fiscal

Modelo de gestão

Os processos de negociação são conduzidos pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que convoca para participação o estado contratante, o BID, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria-Executiva.

Resultados

• Assinatura do Prodev

Programa de Apoio à Gestão por Resultados para a Área Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, a ser concedida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a finalidade de contribuir com ações voltadas para o aperfeiçoamento da gestão por resultados na área fiscal dos estados brasileiros, por meio da implantação de um conjunto de instrumentos e práticas de gestão que apoiem a melhoria dos resultados dos projetos de modernização fiscal no Brasil.

• O Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc)

O CadSinc abrangerá as administrações tributárias dos três níveis federativos, as juntas comerciais e os cartórios de registro de pessoas jurídicas, além de todos os demais órgãos e entidades que participem dos processos de registro e legalização de negócios no Brasil, para integração dos procedimentos cadastrais relativos às pessoas jurídicas, com uso do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como identificador único em todas as esferas de governo.

• O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Em 22/1/2007 foi lançado pelo Governo Federal o Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC), que, dentre suas medidas, contém o Decreto nº 6.022, que institui o SPED. No âmbito da Receita Federal, o SPED se tornou parte integrante do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA). Como um todo, o SPED consiste na modernização da sistemática atual de cumprimento das obrigações acessórias que os contribuintes transmitem às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, com uso da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, de modo a garantir sua validade jurídica unicamente em sua forma digital.

• A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

O projeto da NF-e tem por objetivo implantar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão de documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, de modo a simplificar as obrigações acessórias dos contribuintes bem como permitir o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelos fiscos.

Os resultados esperados, dentre outros, são:

- ✓ Aumentar e melhorar o intercâmbio e o compartilhamento de informações entre os fiscos
- ✓ Possibilitar o cruzamento eletrônico de informações em larga escala
- ✓ Aumentar e melhorar o controle e a fiscalização
- ✓ Aumentar a confiabilidade das notas fiscais
- ✓ Reduzir a sonegação com aumento da arrecadação
- ✓ Reduzir custos e entraves burocráticos no cumprimento das obrigações tributárias e no recolhimento de impostos e contribuições
- ✓ Aumentar e melhorar o controle das notas fiscais de mercadorias em trânsito inspecionadas em postos de divisa interestadual, com redução dos custos envolvidos
- ✓ Aumentar a racionalidade do sistema como um todo, o que reduzirá a ocorrência de equívocos por parte tanto dos fiscos (pela imposição de exigências inapropriadas) quanto das empresas (por interpretações errôneas)

- ✓ Incentivar o comércio eletrônico em larga escala entre as empresas (tecnologias B2B, ou *business-to-business*), que passarão a contar com uma padronização eficiente e de âmbito nacional para seus documentos eletrônicos
- ✓ Eliminar o dispêndio de tempo de funcionários das empresas por ocasião das visitas de fiscais às suas dependências

Fórum dos Secretários Estaduais de Direitos Humanos

Consiste na articulação político-federativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com o objetivo de fortalecer, com os poderes executivos de estados e municípios, a rede institucional dos direitos humanos. O Fórum de Secretários dos Direitos Humanos surgiu quando mais da metade dos estados da Federação já possuía em sua estrutura político-administrativa o termo direitos humanos.

Objetivos

- Fortalecer o diálogo entre os entes federados com estruturas de direitos humanos institucionalizadas
- Apoiar a criação e institucionalização de secretarias de direitos humanos nos estados

Data de início

1/3/2008

Modelo de gestão

As relações federativas em direitos humanos ocorreram posteriormente ao estabelecimento dos modelos de gestão implementados pela Secretaria de Direitos Humanos. Em sua totalidade, as secretarias participantes do Fórum dos Secretários de Direitos Humanos já tinham formalizado instrumentos para a execução das ações de direitos humanos em seus Estados. A celebração de convênios entre a Secretaria de Direitos Humanos e as secretarias de direitos humanos ou secretarias de justiça e direitos humanos se constituiu em um forte instrumento de aperfeiçoamento federativo, sob o ponto de vista da implementação de políticas de direitos humanos em praticamente todas as unidades federadas.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O fortalecimento das ações de políticas de direitos humanos fez aumentar a necessidade de maior interação entre os entes federados, em contraponto ao modelo anterior de relações federativas, que se pautava tão somente pelo repasse de recursos. Inaugurando um novo formato de interação institucional, estabeleceu-se a dinâmica de reuniões semestrais buscando a ampliação das relações para além do simples financiamento.

Resultados

- Inclusão das secretarias de Direitos Humanos das capitais junto ao Fórum dos Secretários. Maceió (2010), Fortaleza (2009), Natal, Recife (2005), Vitória (2005) e Porto Alegre (2003) são as capitais que nominalmente criaram estruturas por meio de lei. Vale salientar que com a criação de novas secretarias de Direitos Humanos nas capitais brasileiras, seus secretários passaram a compor o Fórum.
- Inclusão do termo “direitos humanos” no nome de secretarias estaduais já existentes, como no Pará, Amazonas, Acre, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Tocantins.
- Realização de nove reuniões no período de março de 2008 a agosto de 2010.
- Participação de secretários de Direitos Humanos na Frente Nacional de Prefeitos, para incentivar e apoiar a criação de secretarias municipais de Direitos Humanos em todos os municípios do Brasil. Foram fortalecidas pelos secretários de Direitos Humanos as conferências estaduais do setor, etapas preparatórias para a grande Conferência Nacional de Direitos Humanos, com apoio e suporte em todos os estados.
- Compromisso pela redução das desigualdades regionais, no Nordeste e na Amazônia Legal – resultado da articulação entre os secretários de Direitos Humanos. Praticamente todos os pontos do compromisso foram executados.

Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR)

Objetivo

Reunir os governos subnacionais em torno da agenda do Mercosul e da integração regional, valorizando e potencializando as diversas experiências dos governos subnacionais já em andamento, tais como relações entre governos estaduais – por exemplo, Comissão Regional de Comércio Exterior Del Nea Litoral (Crecenea), Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (Zicosul), redes de cidades (Mercocidades), consórcios municipais binacionais (Conselho Binacional Brasil-Paraguai dos Municípios Lindeiros de Itaipu), entre outras – além de articulá-las com as agendas dos governos nacionais e do bloco.

Data de início

Dezembro de 2004

Instrumento legal

- Mercosul/CMC/DEC. nº 41/2004 (Decisão do Conselho Mercado Comum)

Modelo de gestão

Espaço de participação direta dos governos subnacionais na estrutura institucional do Mercosul, vinculado ao Grupo Mercado Comum (art. 4º, CMC/DEC. nº 41/2004), que se reúne sempre um dia antes da Cúpula dos Presidentes do Mercosul em sua Reunião Plenária (bianual). É composto por dois Comitês: dos municípios e dos estados, províncias e departamentos, cada um constituído por até dez governadores e dez prefeitos, designados por cada país. A coordenação das ações e atividades é feita pelos Coordenadores Nacionais do FCCR, designados em cada país por uma instância distinta. No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) designou a Subchefia de Articulação Federativa (SAF/SRI) como Coordenação Nacional.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O FCCR foi criado para dar mais relevância, dentro do Mercosul, às agendas do desenvolvimento territorial, local, urbano e regional, e criar possibilidades de integração dessas agendas. Ao mesmo tempo, a participação ativa dos governos subnacionais no Mercosul permite que o tema da integração hemisférica incida nas agendas local e regional, aproximando-o do território, de suas populações, ajudando, assim, a reduzir o déficit democrático do bloco.

No âmbito nacional, o FCCR visa expandir e aprofundar as relações entre as três esferas do Estado brasileiro, representado pelos governos municipal, estadual e Federal, buscando um novo pacto de desenvolvimento nacional e aproveitando o potencial da Federação brasileira para fortalecer o Mercosul e a integração regional.

Resultados

- Desde 2007, participação nas Reuniões de Coordenadores Nacionais (de duas a três por semestre)
- Participação em todas as Reuniões Plenárias, desde 2007
- Criação do Capítulo Brasileiro e da designação de seus membros (dez municípios e dez estados, que se alternam a cada dois anos)
- Coordenação do FCCR durante as presidências *pro tempore* brasileiras em 2006, 2008 e 2010
- Realização de três Reuniões Plenárias (Rio de Janeiro, 2007; Costa do Sauípe, 2008; Foz do Iguaçu, 2010) com a presença de mais de 30 governadores e 50 prefeitos do Mercosul
- Realização do Encontro de Governadores do Nordeste brasileiro e Noroeste argentino, em 2007
- Realização do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul, Belém, 2007
- Realização das Rodadas de Integração Produtiva (realizadas em Manaus e Foz do Iguaçu, em 2008) com o objetivo de criar oportunidades de cooperação entre governadores e prefeitos do Mercosul, a partir do intercâmbio de experiências e divulgação das diversas iniciativas nacionais e regionais
- Realização das primeiras duas edições do Encontro de Comércio Exterior (Encomex Mercosul), em Foz do Iguaçu, 2009 e Porto Alegre, 2010, que contaram com a presença de representantes de diversos governos locais e regionais do bloco em seminários e reuniões com o objetivo de intensificar a integração regional e produtiva e promover a participação dos governos subnacionais na construção dos caminhos a serem trilhados pelo Mercosul

Participação do Brasil no Fórum das Federações

O Fórum das Federações é uma organização internacional, sem fins lucrativos com sede em Ottawa, Canadá, composta por nove países federativos, que se dedica a programas de cooperação mútua, com o objetivo de aprimorar os regimes federalistas.

Objetivos

- Discutir, amadurecer e sintetizar as principais questões no cenário federalista brasileiro e mundial.
- Dar oportunidade ao conjunto do governo brasileiro a reflexão sobre o tema e o consequente aprimoramento do sistema federativo, além de possibilitar a melhor articulação institucional com os demais atores da sociedade civil, dos estados e municípios e da Academia sobre os temas do federalismo e seu fortalecimento.

Data de início

Março de 2005

Instrumento legal

- Acordo de cooperação celebrado entre a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e o Fórum das Federações, assinado em 15/12/2008.

Modelo de gestão

O Fórum possui um Conselho Estratégico que inclui representantes das federações membros do Fórum, a saber: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Etiópia, Índia, México, Nigéria e Suíça. O Conselho reúne-se anualmente para avaliar e assessorar as atividades do Fórum. Também possui Conselho de Diretores – órgão de consulta, cujos membros são nacionais com reconhecida experiência no tema e não necessariamente vinculados aos governos nacionais.

Resultados

Estudo, pesquisa, articulação institucional e troca de experiências para o aprimoramento do sistema federativo brasileiro: Por meio da associação ao Fórum, a SAF discute, amadurece e sintetiza as principais questões no cenário federalista brasileiro e mundial. A organização e participação em eventos como os Colóquios Federativos, o Diálogo Global e as Conferências Internacionais, além do apoio na realização de publicações, oportunizam ao conjunto do governo brasileiro a reflexão sobre o tema e o consequente aprimoramento do sistema federativo, além de possibilitarem melhor articulação institucional com os demais atores da sociedade civil, dos estados e municípios e da Academia sobre os temas do federalismo e seu fortalecimento.

Apoio na formulação de políticas públicas: As reflexões realizadas por meio das atividades da SAF e do Governo brasileiro como um todo, junto ao Fórum, refletem diretamente no debate nacional e na formulação de políticas públicas mais eficientes. Os formuladores de políticas públicas brasileiros têm a oportunidade de trocar experiências e realizar estudos comparativos com seus colegas de outros países federativos.

Participação qualificada nos seguintes eventos:

- ✓ III Conferência Internacional sobre Federalismo – Bruxelas – 3 a 5/3/2005
- ✓ IV Conferência Internacional sobre Federalismo – Nova Déli 4 a 8/11/2007
- Adesão formal ao Fórum das Federações, dezembro de 2008
- Apoio à realização do Diálogo Global sobre relações intergovernamentais
- Participação no Diálogo Global sobre unidade e diversidade
- Realização da série Colóquios Federativos, composta de cinco mesas redondas, ao longo de 2010 cujos temas foram: 120 anos da federação; regiões metropolitanas; fórum de governança local IBAS; federalismo fiscal e redução das desigualdades; petróleo e gás e federalismo comparado e relações intergovernamentais
- Publicação com artigos sobre a série Colóquios Federativos

Participação na V Conferência Internacional sobre Federalismo em Adis Abeba, Etiópia, 15 e 16/12/2010

Cooperação Brasil Itália - Programa “Brasil Próximo”

É um programa de cooperação internacional operado pelo Governo Federal com o apoio de estados e municípios. A partir dos acordos firmados em 2009 foi desenvolvido o Programa Brasil Próximo: Cinco Regiões italianas pelo Desenvolvimento Local Integrado, que conta com o apoio institucional da /SAF/SRI, da Secretaria Geral, da Casa Civil e do Gabinete Pessoal do Presidente.

Objetivo

Difundir e adaptar instrumentos de políticas públicas e de estratégias de intervenção visando o desenvolvimento local integrado com base na experiência da terceira Itália.

Data de início

5/7/2010

Instrumento legal

- Decreto s/n de 14 de maio de 2009: institui a Comissão Intersetorial Intersetorial do Programa “Brasil Próximo” com a finalidade de coordenar a implementação e o acompanhamento das ações e programas no âmbito dos Ajustes de Colaboração assinados pela Presidência da República Federativa do Brasil e as regiões Italianas de Úmbria, Marche, Toscana e Emilia Romagna.

Participação e controle social

Toda a proposta com a Itália é baseada na participação e no controle social. Para cada projeto piloto do Programa Brasil Próximo existe uma estrutura regional, chamada de comitê gestor local. Cada comitê gestor tem sua estrutura deliberativa, formada pelos governos locais da região, e consultiva, formada pela sociedade civil. A proposta do programa é promover o desenvolvimento territorial a partir do planejamento regional amplo, envolvendo o Governo, sociedade e setor privado.

Modelo de gestão

O desenvolvimento local é visto de maneira ampliada, tanto no que tange ao trabalho articulado entre as três esferas federais, quanto à sinergia entre as pastas federais. Para convergir esforços, a cooperação entre Itália e Brasil é gerida e planejada no âmbito federal por meio da Comissão Intersetorial, formada por 11 ministérios e coordenada pela Presidência da República.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

- Viabilização da relação subnacional entre Brasil e Itália e criação de espaços institucionais: A relação subnacional do Brasil com a Itália é a mais ativa em termos gerais hoje. A imensa colônia italiana e a identificação e complementaridade dos interesses favorece intensa relação entre os governos regionais e locais dos dois países e a aproximação de seus povos. Criar espaço institucional e legal reconhecido e acompanhado pelo Governo Federal é fundamental para reconhecer e valorizar laços sólidos e para adensar e aprofundar a relação entre o Brasil e a Itália.
- Apoio Institucional e Mobilização: Apoiar os atores subnacionais na busca de parceiros e projetos na Itália, incentivar o contato com atores institucionais italianos através da promoção e participação em eventos internacionais, além de intermediar as relações com o Itamaraty e demais atores, facilitam e reforçam as ações de cooperação descentralizada entre os dois países.

A experiência de desenvolvimento regional integrado e planejamento da região central da Itália é objeto de centenas de estudos acerca do tema e um dos casos mais conhecidos mundialmente. Da concertação institucional e financeira da região nasceram alguns modelos como o do Arranjo Produtivo Local (APL) e da organização de pequenos produtores na forma de cooperativas. O conhecimento e a excelência estão sendo experimentados no Brasil por meio de projetos pilotos que dialogam com a realidade brasileira e buscam, a partir da experiência italiana, desenvolver um modelo de implementação de políticas públicas de desenvolvimento local integrado a partir do pacto territorial e a participação popular.

Resultados

- Viabilização da relação subnacional entre Brasil e Itália e criação de espaços institucionais:
 - ✓ As relações dos entes subnacionais e da sociedade civil brasileira e italiana são formalmente reconhecidas e valorizadas pelos seus governos nacionais, por meio de acordo internacional.

- ✓ Os acordos preveem a criação de espaços institucionais exclusivos e promovidos pelos governos nacionais para tratar das relações de cooperação entre entes subnacionais e da sociedade civil.
- Apoio institucional e mobilização:
 - ✓ Realização da primeira mesa-redonda Brasil-Itália sobre Cooperação Descentralizada
 - ✓ Participação do Acordo entre a Frente Nacional de Prefeitos e a Agência Brasileira de Cooperação que trata da troca de experiências sobre consórcios públicos e arranjos territoriais
 - ✓ Criação do Programa Brasil Próximo, que já realizou investimentos do governo brasileiro da ordem de R\$ 5 milhões em quatro dos seis territórios participantes. A contrapartida italiana é de 6,7 milhões de euros a serem investidos até julho de 2010.

Fórum de Diálogo Índia-Brasil e África do Sul (Ibas)

O Ibas representa um esforço de coordenação política cujas metas centrais são:

- Aproximação de posições dos três países em instâncias multilaterais, como a ONU e a OMC, além do G-20
- Desenvolvimento da cooperação comercial, científica e cultural no âmbito Sul-Sul
- Democratização de esferas de tomada de decisão internacional. A SAF é responsável pelo fórum de governos locais.

Objetivos

- Estabelecer uma rede cooperativa de países afins no grande cenário mundial.
- Criar espaço institucional qualificado para a participação dos governos locais
- Proporcionar legitimidade ao Fórum e adensar as relações dos três países.

Data de início

14/4/2010

Instrumentos legais

- O Fórum de Diálogo Índia-Brasil e África do Sul foi estabelecido em junho de 2003, por meio da “Declaração de Brasília”. O Fórum de Governos Locais foi instruído pelo Relatório Final do Encontro de Presidentes IBAS, realizado no dia 14/4/2010.

Participação e controle social

O Fórum de Governos Locais é a instância de participação dos governos locais e da sociedade civil do Ibas.

Modelo de gestão

As propostas e programas são geridos por este Fórum. O Ibas também conta com outros Fóruns que trabalham de maneira coordenada e são chefiados pelo Itamaraty.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A relação do Brasil com países industrializados e em desenvolvimento é uma das prioridades da nova política externa brasileira, que busca de forma colaborativa, estabelecer uma rede cooperativa de países afins no grande cenário mundial. O Ibas é o Fórum que reúne as três principais democracias em desenvolvimento, que se encontram em meio ao desafio de gerar riqueza combatendo a desigualdade.

A criação de um espaço institucional qualificado para a participação dos governos locais, por se tratar de atores que trabalham mais perto da população e são responsáveis por parte significativa da tarefa do desenvolvimento, proporciona legitimidade ao Fórum e adensa as relações dos três países.

Resultados

- **Participação no Primeiro Fórum de Governança Local do Ibas:** Realizado em janeiro de 2008, em Nova Délhi, Índia, o primeiro Fórum de Governança Local no marco do Ibas, que reuniu prefeitos, associações de municípios, organizações não-governamentais e especialistas, além de representantes de governos locais e dos governos de três países que

compõem o Ibas. A SAF esteve representada junto à delegação brasileira chefiada pelo Itamaraty, que a partir do evento convidou a área a institucionalizar formalmente o Fórum.

- **Realização da Mesa-Redonda de Governança e Cooperação Sul-Sul:** âmbito da IV Cúpula Ibas, a SAF organizou mesa redonda com o tema Metrôpoles em Desenvolvimento: Superando desafios comuns por meio da Cooperação Sul-Sul, nos dias 13 e 14 de abril, que contou com a presença confirmada de 30 autoridades nacionais, locais e especialistas dos três países. A mesa-redonda, que integrou a série de Colóquios Federativos em parceria com o Fórum das Federações, discutiu e lançou bases para a formação do Fórum de Governos Locais do Ibas.
- **Participação da IV Cúpula de Presidentes Ibas e instituição do Fórum Ibas de Relações Intergovernamentais e Governos Locais:** a IV Cúpula de Presidentes Ibas ocorreu em Brasília, no dia 15/4/2010. O ministro da Governança Cooperativa e dos Assuntos Tradicionais da África do Sul, Sicelo Schiceka, aprovou junto aos presidentes dos três países a instituição do Fórum de Relações Intergovernamentais e Governos Locais.

Parceria Estratégica com a República da África do Sul

Parceria estratégica na área de governança e relações intergovernamentais, viabilização relação subnacional e criação de espaços institucionais e de cooperação com a República da África do Sul.

Objetivo

Estabelecer parcerias, focadas no desenvolvimento e na cooperação sul-sul entre seus governos locais e nacionais.

Data de início

9/7/2010

Instrumento legal

- Memorando de Entendimento de Consultas e Cooperação sobre as Relações Intergovernamentais, assinado em Pretória, África do Sul, em julho de 2010.

Modelo de gestão

Os municípios e governos estaduais participam diretamente interagindo com as suas contrapartes sul-africanas em coordenação com a SAF. A iniciativa é coordenada pelos ministérios das Relações Exteriores de ambos os países.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A República da África do Sul é um dos principais países que se relacionam com o Brasil. Tem passado por diversas reformas institucionais para revisar suas políticas de relações intergovernamentais, de apoio à gestão municipal e ao desenvolvimento local.

Nesse contexto, o Brasil é visto por aquele país como exemplo de implementação de políticas públicas nos municípios e de boas práticas de gestão municipal e de descentralização, podendo contribuir positivamente para o processo sul-africano. Por sua vez, a África do Sul foi elogiada pela realização da Copa de 2010, a primeira a ocorrer no continente africano. Essa experiência pode contribuir para a organização dos jogos no âmbito dos estados e municípios brasileiros.

Resultados

- Aproximação institucional e colaboração com a República da África do Sul
- Em novembro de 2009, o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais esteve com o ministro de Governança Cooperativa e dos Assuntos Tradicionais, Sicelo Shiceka. Na ocasião, surgiram as primeiras propostas de colaboração entre os dois países com ações voltadas para a gestão de cidades e políticas públicas participativas, além da estratégia de relação com os governos subnacionais.
- Memorando de Entendimento de Consultas e Cooperação sobre as Relações Intergovernamentais
- Assinado em Tshwane (Pretória), pelos dois ministros, durante a visita presidencial de julho de 2010, o Memorando de Entendimento de Consultas e Cooperação sobre as Relações Intergovernamentais busca estabelecer parcerias focadas para o desenvolvimento e a cooperação sul-sul entre seus governos locais e nacionais.

Cooperação Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira

Objetivo

Promover um ambiente favorável à cooperação entre os governos subnacionais do Brasil e da França, tendo em vista a construção de um canal de articulação federativa e o fortalecimento das relações internacionais entre o Brasil e seus parceiros, possibilitando maior participação de novos atores na agenda externa brasileira.

Data de início

2005

Instrumento legal

Protocolo Adicional ao Acordo Quadro de Cooperação entre Brasil e França sobre cooperação descentralizada, de 12 de fevereiro de 2008 e aprovado na forma de Projeto de Decreto Legislativo nº 1.655/2009 pelo Congresso Nacional em 18/6/2009.

Modelo de gestão

O principal meio de gestão da cooperação descentralizada franco-brasileira é a articulação da SAF com o Capítulo e o Comitê Brasileiro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira, formado em março de 2010. O Capítulo, mais amplo, abrange todos os Governos subnacionais interessados no tema, sem distinção. Do Comitê, formado a partir do Capítulo, mais restrito, participam os estados, municípios, associações municipalistas, membros do Governo Federal e parlamentares que já acumulam experiência e amadurecimento no assunto, comprometidos com a disseminação de experiências e informações para a instância mais abrangente.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para além do contexto internacional dos últimos 30 anos, período em que os governos locais passaram a atuar na cena internacional em razão de fenômenos como urbanização, descentralização, democratização e globalização, algumas explicações para o interesse das cidades e estados brasileiros em cooperar com a França seriam:

- Troca de experiências sobre políticas públicas
- Identificação de oportunidades de negócios
- Consolidação da cooperação descentralizada como um fenômeno global e em crescimento

Nesse contexto, teve início um esforço da SAF de reunir os governos municipais e estaduais do Brasil e da França em um ambiente favorável à cooperação, com a meta de construir um canal de articulação federativa. Ao mesmo tempo, pretendeu-se garantir avanços institucionais nesse campo, tendo em conta o pequeno reconhecimento da diplomacia clássica para com o tema e legislação insuficiente.

Resultados

Diversos governos subnacionais mantêm relações com cidades e regiões francesas em áreas como desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, restauração de patrimônio, cultura e gestão cultural, turismo, gestão em políticas públicas, indústria náutica, portos, ciência e tecnologia etc.

Atualmente, 16 estados e mais de 50 cidades brasileiras mantêm relações de cooperação ativas com seus homólogos franceses. As cooperações estabelecidas entre esses governos geram resultados concretos para as administrações envolvidas e suas populações.

Além desses dados, várias ações ocorreram gerando resultados positivos para a cooperação descentralizada franco-brasileira:

- 1º Encontro em Marselha, França: maio de 2006
- 2º Encontro em Belo Horizonte (MG): novembro de 2007
- 3º Encontro em Lyon, França: dezembro de 2009
- Ano da França no Brasil: apoio da SAF para estimular atividades nesse âmbito nos estados e municípios brasileiros
- Seminário de Cooperação Cruzada Brasil, França e África/Caribe
- Reuniões políticas para identificar membros brasileiros da Comissão Mista Franco-Brasileira de Cooperação Descentralizada
- Criação do Comitê Misto da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira
- Projetos de cooperação transfronteiriços Brasil-França

Relações Parlamentares

O diálogo democrático com os partidos políticos e com o Congresso Nacional marca o esforço para construção do desenvolvimento brasileiro, tal como expresso no compromisso do Governo, desde 2003. A convicção de que não seria possível a mudança sem o apoio firme e decidido do Congresso Nacional, ao lado do profundo respeito à independência entre os poderes, conduziu a articulação com Parlamento, que exerceu papel estratégico na viabilização de projetos e políticas públicas fundamentais para o Brasil avançar rumo a uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais democrática.

A interlocução dos Poderes Executivo e Legislativo foi ampliada e buscou-se garantir maioria estável na Câmara e no Senado, tendo como objetivos centrais as responsabilidades compartilhadas sobre o Orçamento Geral da União (OGU) e sobre temas sociais, econômicos e administrativos de interesse público.

Entre os resultados desse esforço de articulação democrática e de diálogo institucional, foram convertidas em lei, de 2003 a 2010, 1.150 proposições apresentadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, dentre as quais 593 projetos de lei de natureza orçamentária, 384 medidas provisórias e 173 projetos de lei ordinária ou complementar.

A valorização do entendimento e da negociação, além do acordo político para construir um Brasil mais justo, mais equilibrado e mais democrático, conduziu à aprovação de reformas e medidas estruturais, estabelecendo bases para o desenvolvimento desde o início de 2003. O respeito mútuo e a intensa parceria democrática com o Congresso Nacional e partidos políticos, em favor dos objetivos maiores do Brasil, foram fundamentais para fazer avançar o processo de desenvolvimento, cujos resultados econômicos e sociais começavam a maturar ainda no primeiro mandato.

Da mesma maneira, a solidez das instituições democráticas brasileiras e as relações republicanas estabelecidas permitiram o manejo adequado de crises e a regulação de conflitos políticos de forma estruturada e pacífica.

O segundo mandato se inicia com um País decidido a ganhar velocidade, a soltar suas amarras e garantir que o processo de transformações avance. O discernimento soberano do Congresso Nacional e a convicção da base aliada garantiram o lançamento e a consolidação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), item prioritário da agenda programática da coalizão. Garantiram também a aprovação de outros marcos legais econômicos e sociais, como o aumento real do salário mínimo, um dos fatores determinantes para a melhoria do perfil da distribuição da renda no Brasil. Esse aumento é fruto de um acordo, entre o Governo Federal e as centrais sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo, acolhida pelo Congresso Nacional.

O relacionamento político do Governo com o Congresso Nacional obteve, em 2007, fórum institucional especial com o funcionamento do Conselho Político, previsto na agenda de coalizão. Integrava o fórum os presidentes e líderes dos partidos políticos que compõem a base do Governo, seus três líderes do Governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional e o ministro de Estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

O processo de elaboração e execução das emendas parlamentares tem sido articulado, de maneira que a proposição de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento seja orientada em consonância com as diretrizes e metas das políticas públicas governamentais.

“Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo do Governo Federal, do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.”
Mensagem ao Congresso Nacional, 2008

Uma ampla articulação institucional impulsiona o ciclo de desenvolvimento que efetivamente ganha corpo no Brasil, tendo como base a democracia, a inclusão social e a valorização do trabalho, provocando vigorosa mobilidade social e ampliação do mercado interno, revertendo em crescimento econômico.

A crise financeira internacional, que se intensifica em 2009, encontrou no Brasil indicadores econômicos e sociais positivos e instituições democráticas sólidas, capazes de conduzir o País naquele momento e colocar em prática as medidas que permitiram enfrentar com sucesso a conjuntura adversa. O Congresso Nacional contribuiu de modo fundamental no debate sobre as medidas a serem tomadas e atuou com agilidade e dedicação na tramitação das pautas mais urgentes.

A continuidade da agenda de reformas em 2010, com a aprovação e a implementação de medidas com impacto relevante sobre o funcionamento da economia e sobre os indicadores sociais, demonstra que o diálogo institucional construído e o acordo sobre o desenvolvimento são sólidos e vão garantir que o ciclo se perdure de maneira sustentável, com benefícios para o conjunto da população.

Modelo de Gestão

O Governo procurou atuar de maneira coordenada na formulação e no acompanhamento das matérias de interesse do Executivo, por meio do Sistema de Acompanhamento Legislativo (Sial), que atende às necessidades de assessoramento e

informação da Presidência da República e de demais órgãos federais, quanto às atividades do Congresso Nacional. Da mesma maneira, trabalha para aproximar os assessores parlamentares, integrantes do Sial, dos órgãos de representação governamental no Legislativo: a liderança do Governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional.

A formação do Conselho Político da Coalizão, composto pelos presidentes e líderes dos partidos coligados, foi importante no planejamento e execução das políticas implementadas ao longo do segundo mandato. O Conselho representa um esforço de estruturação da relação com o Parlamento, tendo como base o conteúdo programático da coalizão de governo e a mediação dos programas partidários que o compõem.

Resultados

Os números indicam a intensa atividade legislativa nacional nos últimos oito anos. O valor real dessa produção normativa, entretanto, deve ser compreendido por meio de uma análise qualitativa da evolução por que passaram os marcos legais das diversas áreas, mas é possível apontar destaques nos avanços nos marcos institucionais e regulatórios em diversas áreas.

Na organização do Estado brasileiro, destacam-se:

- Aprovação da reforma da Previdência Social (EC 227/2004)
- As negociações em torno da reforma tributária, reforma trabalhista e reforma política.

Na área social, destacam-se:

- Lei nº 10.836/2004, que criou o Bolsa Família
- Lei nº 11.346/2006, que estabeleceu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Para a agricultura familiar, é importante mencionar:

- Lei nº 10.696/2003, que criou o Programa de Aquisição de Alimentos
- Lei nº 12.188/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Na área de saúde, foram avanços significativos:

- Lei nº 10.858/2004, que criou as Farmácias Populares ()
- Lei nº 10.972/2004, Criação da maior empresa de hemoderivados da América Latina, a Hemobrás

Na área ambiental:

- Lei nº 12.187/2009, que criou a Política Nacional sobre Mudança do Clima ()
- Lei nº 12.305/2010, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos ()
- Lei nº 11.284/2006 sobre gestão de florestas públicas para a produção sustentável

Na área da educação, destacam-se:

- Lei nº 10.832/2003, que regulamentou a distribuição do salário-educação
- Lei nº 11.096/2005, que criou o Programa Universidade para Todos (Prouni)
- Leis nº 11.195/2005 e nº 11.892/2008, sobre a construção e a expansão da rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)
- Lei nº 11.738/2008, que criou o piso salarial do magistério
- Lei nº 11.741/2008, que incorporou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) novas concepções de educação profissional, tecnológica e de jovens e adultos
- Lei nº 11.494/2007, que regulamentou o Fundeb
- EC nº 59/2009, que estabeleceu o fim da desvinculação de receitas da União para a educação, garantindo R\$ 12 bilhões de recursos a mais para a educação a partir de 2011.

A área de cidadania e segurança passou por uma intensa evolução legislativa:

- Aprovação do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), contra o porte indiscriminado de armas
- Leis nº 11.340/2006 (Maria da Penha) e nº 12.299/2010 (Estatuto do Torcedor) – marcos, respectivamente, contra a violência doméstica e nas competições desportivas
- Lei nº 11.671/2008, possibilitando a construção de penitenciárias federais, e a Lei nº 11.530/07, que criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronaspi)

A promoção e a proteção dos Direitos Humanos foi ampliada com uma lista considerável de novas leis:

- Lei nº 10.803/2003, que aperfeiçoou a definição de trabalho escravo incluindo o conceito de condição análoga à de escravo.
- Lei nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso
- Leis que beneficiam pessoas com deficiência:
- Lei nº 10.753/2003, que institui a Política Nacional do Livro e assegura às pessoas com deficiência visual o acesso

à leitura; Lei nº 10.845/2004 instituiu o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas com Deficiência, a lei nº 11.126/2005, sobre o cão-guia e Lei nº 11.520/2007, que indeniza a segregação devido à hanseníase.

- Lei nº 12.010/2009, que facilita a adoção
- Lei nº 12.127/2009, que instituiu o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos
- Lei nº 11.790/2008, que facilita o registro da declaração de nascidos vivos
- Ainda tramita no Congresso o PL nº 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade

Em relação à infraestrutura, vale citar:

- Lei nº 11.033/2004, que deu incentivos à modernização da estrutura portuária (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto)
- Lei nº 11.488/2007, que criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi)
- Lei nº 11.484/2007, que regulamentou a implantação da TV Digital no Brasil
- Lei nº 11.539/2007, que criou a carreira de Analista de Infraestrutura
- Lei nº 11.610/2007, que criou o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária

Lei nº 11.772/2008, que reestruturou a empresa ferroviária VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

- Lei nº 11.909/09 – Lei do Gás, que disciplinou relações econômicas sobre gás natural,
- Lei nº 12.111/2009, que dispõe sobre serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados
- Lei nº 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida

Na área financeira, destacam-se:

- Ampliação de crédito pela Lei do Microcrédito (Lei nº 11.110/2005), que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

A modernização da administração tributária e a concessão de isenções fiscais dependeram de avanços normativos como os contidos nas seguintes leis:

- Lei nº 11.827/2008, que dispõe sobre a isenção PIS/Cofins
- Lei nº 11.457/2007, que criou a Receita Federal do Brasil
- EC nº 44/2004, que revisa alíquotas do ICMS
- Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Super Simples, unificando e simplificando impostos federais, estaduais e municipais.

O estímulo à inovação tecnológica ganhou forma após a aprovação da seguinte legislação:

- Lei nº 10.973/2004, a Lei da Inovação Tecnológica)
- Leis nº 11.077/2004 e nº 11.196/2007, que tratam de incentivos fiscais
- Lei nº 128/2008, que estimulou o empreendedorismo individual

A legislação sobre o pré-sal também avançou com a aprovação do novo marco regulatório do pré-sal, que definiu a capitalização da Petrobras, por meio da Lei nº 12.276/2010, e com a criação da Petro-Sal pela Lei nº 12.304/2010.

A instituição do Fundo Social, já aprovado no Senado, tramita em regime de urgência constitucional na Câmara dos Deputados (PL nº 5.940/2009), e tem como finalidade a constituição de fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

Dentre os atos do Poder Executivo, é importante salientar:

- Instituição do Programa de Aceleração do Crescimento (Decreto nº 6.025/07)
- Institucionalização do CAF no âmbito da SRI (Decreto nº 6.181/07)
- Criação, pelo Decreto nº 6.005/06, do Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf), que deu capilaridade e permitiu coordenação do assessoramento federativo.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instituído pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, é um órgão majoritariamente da sociedade civil, de caráter consultivo da Presidência da República. O CDES ampliou de forma inédita a interlocução do Governo com a sociedade e a capacidade de definir, de forma compartilhada, os grandes rumos do País. O diálogo

plural exercitado pelo CDES qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de governo e assumidos pela sociedade.

As contribuições do CDES vêm impactando a qualidade das iniciativas governamentais e produzindo resultados concretos e encaminhamentos. O Conselho elaborou e apresentou ao presidente da República propostas amplas e sistêmicas para o desenvolvimento brasileiro, como as Cartas de Concertação, a Agenda Nacional de Desenvolvimento e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento.

Apresentou também recomendações para enfrentar a crise econômica internacional, protegendo a dinâmica brasileira de desenvolvimento com distribuição de renda; análises sobre a relevância e o sentido da reforma tributária e da reforma política; e manifestação sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, em defesa do seu caráter estruturante. Além disso, contribuiu com o projeto de lei que instituiu as parcerias público-privadas (PPP), a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a Agenda Nacional do Trabalho Decente.

A partir de sugestões do CDES, o Governo regulamentou as operações de crédito consignado em folha de pagamento, a conta-investimento, o direcionamento de recursos para microcrédito e a Lei de Falências. Veio do Conselho a orientação estratégica incorporada pelo Governo Federal no Plano Plurianual 2008/2011 e foi decisiva a sua contribuição para o PAC, especialmente nas áreas de logística e transporte, energia e infraestrutura social e urbana, assim como nas medidas para combate às desigualdades. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) incorpora um dos principais consensos do CDES, qual seja a priorização da Educação como base para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e a responsabilização compartilhada entre governos e iniciativa privada.

Os debates do CDES sobre a bioenergia ajudaram a estabelecer um tratamento amplo sobre o tema, incluindo o zoneamento agroecológico; relações de trabalho, papel do Estado e certificação. O esforço do Conselho convergiu com o Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar, assinado por empresários, trabalhadores e Governo em junho de 2009. A questão da infraestrutura necessária para o desenvolvimento brasileiro também mobiliza conselheiros e conselheiras, tendo sido geradas propostas sobre a política nacional de aviação civil, a habitação de interesse popular e alternativas para o financiamento da expansão da infraestrutura. Além disso, o Conselho produziu análises sobre os desafios e oportunidades do cooperativismo e medidas para seu fortalecimento.

Considerando a busca da equidade como indissociável da construção do desenvolvimento e parâmetro, portanto, fundamental para as políticas públicas, o Conselho criou o Observatório da Equidade. O Observatório conta com um comitê técnico formado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), além da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) e é hoje uma referência metodológica no acompanhamento desse grande desafio, gerando relatórios periódicos sobre políticas públicas, do ponto de vista da equidade.

Na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, seu produto mais recente, conselheiros e conselheiras reconheceram um conjunto de mudanças econômicas e sociais, de resultados alcançados e de perspectivas que configuram um ciclo do desenvolvimento em curso no País, e propõem diretrizes para ampliar as dinâmicas e fazer avançar esse processo.

Expressão de uma democracia moderna e consolidada, o Conselho hoje acumula uma experiência que alia a capacidade cognitiva de cada membro sobre temas fundamentais para o País, a uma confiança absoluta no diálogo. O diálogo favorece o trânsito de informações, permite a troca de pontos de vista, ajuda a iluminar as diferenças e a encontrar trajetórias para enfrentamento de problemas e entraves. Por meio do diálogo, o CDES busca compreender as variáveis e construir consensos em torno do Brasil que se desenvolve. No entendimento do Conselho, é preciso que a sociedade participe, que conduza este processo de desenvolvimento e se reconheça nele.

Composição e acesso

O CDES é presidido pelo presidente da República e seus membros são designados por ato formal do presidente da República por dois anos, com possibilidade de recondução. Fazem parte do Conselho ministros de Estado responsáveis por temas relacionados ao desenvolvimento e até 50 cidadãos brasileiros, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade. Na composição do Conselho estão presentes trabalhadores, empresários, movimentos sociais e lideranças expressivas de diversos setores. Para nomeação dos integrantes, o Presidente busca combinar a representatividade setorial, abrangência social, densidade política e capacidade para contribuir e repercutir os debates sobre temas fundamentais para o desenvolvimento do País. A composição ampla e plural possibilita uma visão sistêmica sobre as questões e capacidade de disseminar o debate e as pautas do CDES.

Modelo de Gestão

A metodologia de funcionamento do Conselho tem sido objeto de permanente avaliação e busca de aperfeiçoamento para fomentar e ampliar a escuta, a construção compartilhada e potencializar sua assessoria ao presidente.

Para dialogar e empenhar-se em estabelecer consensos, os conselheiros e conselheiras participam das reuniões do pleno do CDES, dos grupos de trabalho, de seminários, colóquios e outros eventos.

Como parte da governança do Conselho, com funções de partilhar a gestão, contribuir para dar maior efetividade ao diálogo entre os conselheiros, à interlocução com o Governo e outros atores sociais e institucionais, foi constituído, em 2007, o Comitê Gestor do CDES, formado por seis membros escolhidos por seus pares e renovados periodicamente.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes)

A Sedes é responsável por assessorar e secretariar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como coordenar e supervisionar a execução das diretrizes e deliberações do Conselho. Cabe a ela apoiar o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades e resultados do CDES; a organização dos eventos e sistematização dos produtos, o registro das informações relativas aos conselheiros e às atividades do Conselho no seu sistema de informação e no portal, bem como a elaboração de subsídios (informações sobre as políticas e ações de governo; conceitos e parâmetros trazidos por especialistas; análises, dados, estatísticas em articulações com instituições, universidades) para os debates e proposições do CDES, relatórios de gestão e balanços de atividades do Conselho.

A Sedes apoia também o processo de disseminação do diálogo social e das proposições do CDES.

Finalmente, a Secretaria assessora e dá suporte às atividades internacionais do CDES e de seus conselheiros nos temas relacionados ao Conselho e coordena a relação com organismos internacionais e associações das quais o Conselho participa, assim como com os acordos de cooperação bilateral do CDES com similares internacionais.

Reunião do Pleno do CDES

Objetivo

As reuniões plenárias marcam as grandes decisões e apresentações de resultados do Conselho, em uma interação direta dos conselheiros e conselheiras, ministros de Estado e altos dirigentes. O CDES realiza quatro reuniões plenárias ordinárias anuais, com a presença do presidente da República. O pleno se reúne também, de maneira extraordinária, sempre que convocado pelo presidente. A pauta das reuniões plenárias combina temas apresentados pelo Governo e proposições do Conselho, resultado dos grupos de trabalho, e prevê debates e aferição das posições.

Data de início

2003

Participação e controle social

As reuniões do pleno do CDES constituem um exercício de participação social, mediante diálogo direto entre representações diversas da sociedade civil e dirigentes do Governo, inclusive o presidente da República. As reuniões são majoritariamente abertas à imprensa.

Modelo de gestão

O pleno do CDES se reúne mediante convocação do presidente da República com pauta acordada entre os conselheiros e o Governo. O pleno é a principal instância do CDES na qual os consensos entre os membros são relatados e os temas conjunturais ou estruturais considerados mais relevantes para o desenvolvimento brasileiro são apontados pelos conselheiros ou pelo presidente da República.

Resultados

Entre 2003 e 2010 foram realizadas 36 reuniões ordinárias do pleno do CDES e quatro reuniões extraordinárias do pleno do CDES. Foram aprovadas as seguintes matérias:

Documentos de orientação estratégica:

- Cartas de Concertação - 3/2004;
- Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) - 7/2005
- Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento - 8/2006
- Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento - 6/2010

Moções:

- Moção sobre a Agricultura para o Novo Ciclo de Desenvolvimento - 8/2010
- Moção sobre a Aplicação dos Recursos do Fundo Social do Pré-Sal - 7/2010
- Moção sobre Bioenergia e Biocombustíveis - 6/2010
- Moção sobre indicação da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz - 1/2010
- Moção sobre Mudança do Clima - 11/2009
- Moção sobre o Fortalecimento de Cooperativas - 2/2009
- Moção sobre o Pré-Sal - 10/2009
- Moção sobre a Crise Financeira Internacional - 10/2008
- Moção sobre o Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária - 8/2008
- Moção sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação (Fundeb) - 3/2006
- Manifesto à Nação 13º pleno do CDES - 9/2005
- Moção sobre Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) - 9/2004
- Moção sobre a composição do Conselho Monetário Nacional - 5/2005

Pareceres:

- Parecer sobre Investimentos - 12/2009
- Parecer sobre Habitação de Interesse Social - 8/2008
- Parecer de Observação nº 3 – As Desigualdades na Escolarização no Brasil - 6/2009
- Parecer de Observação nº 1 – O Sistema Tributário Nacional - 6/2009
- Parecer sobre Bioenergia e Desenvolvimento - 10/2008
- Parecer sobre Política Nacional de Aviação Civil - 11/2008
- Parecer sobre o Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária - 2/2008
- Parecer sobre Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional - 3/2008
- Parecer de Observação nº 2 – As Desigualdades da Escolarização no Brasil – 11/2007
- Parecer sobre Reforma Política - 7/2007
- Parecer de Observação nº 1 – As Desigualdades na Educação no Brasil - 12/2006

Relatórios:

- Relatório sobre a Matriz Energética - 11/2009
- Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional - Relatório de Observação nº 1 - 6/2009
- As Desigualdades na Escolarização no Brasil – Relatório de Observação nº 3 - 6/2009
- Relatório Consolidado da Reforma Previdenciária - 4/2003
- Reforma Tributária - Um Eixo Estratégico para o Desenvolvimento com Equidade - 12/2007
- As Desigualdades na Escolarização no Brasil – Relatório de Observação nº 2 - 12/2007
- As Desigualdades na Escolarização no Brasil – Relatório de Observação nº 1, 2ª edição - 11/2006
- Relatório Consolidado da Reforma Tributária - 4/2003
- Relatório Consolidado do Plano Plurianual - 6/2003
- Relatório Consolidado da Reforma Sindical e Trabalhista - 6/2003
- Relatório sobre Desindexação da Economia - 9/2005
- Relatório sobre Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade - 5/2005

Documentos de Referência

http://www.cdes.gov.br/materias_aprovadas.html

Relatórios Anuais de Atividades: <http://www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades.htm>

Grupos de Trabalho (GTs)

Objetivos

- Aprofundar temas propostos pelo Governo ou pelo pleno do CDES, tendo como parâmetro sua relevância para o desenvolvimento brasileiro.
- Analisar as questões, debater os posicionamentos, localizar os consensos e encaminhá-los à deliberação do pleno.

Data de início

2003

Instrumento legal

- Os GTs são instituídos pela plenária do CDES, a partir de proposta dos Conselheiros ou demanda do presidente da República, presidente do CDES.

Participação e controle social

Nos Grupos de Trabalho, o CDES busca envolver outros atores sociais e institucionais, especialistas dos setores público e privado. Esta participação ampliada tem objetivo de trazer informações, subsídios e análises sobre os temas em questão, aumentando a qualidade e consistência das propostas, alertas e recomendações produzidas pelo grupo.

Modelo de gestão

Os GTs são compostos mediante inscrição voluntária do conselheiro ou conselheira, de acordo com interesse e capacidade de contribuir com o tema. Não há exigência de participação em GTs nem limite ao número de GTs que cada conselheiro participa.

O equilíbrio setorial é observado e o esforço do CDES é voltado para que todo GT tenha participação de trabalhadores, empresários e outras representações, refletindo a diversidade do Conselho

A metodologia utilizada varia a cada GT, mantendo o diálogo como ferramenta, a busca por subsídios e informações para elevar a qualidade das proposições e o foco nas recomendações que os atores sociais que compõem o CDES podem fazer coletivamente.

Cabe ressaltar, no entanto, que os depoimentos e avaliações das lideranças que participam do Conselho apontam o aprendizado individual e coletivo proporcionado pelo trabalho nos grupos e a qualidade dos produtos gerados na diversidade que distingue o CDES de outros espaços de participação.

Resultados

Entre 2003 e 2010 foram criados os seguintes GTs:

- GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento – Originou proposta de parecer para aceleração dos investimentos, proposta de parecer sobre habitação de interesse social, e proposta de parecer sobre Política Nacional de Aviação Civil.
- GT Reforma Política – Originou proposta de Parecer sobre Reforma Política.
- GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica – em andamento.
- GT Ciência, Tecnologia e Inovação – em andamento.
- GT Reforma Tributária – Originou proposta de moção e de parecer sobre o Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária, Relatório Reforma Tributária – Um Eixo Estratégico para o Desenvolvimento com Equidade e Relatório Consolidado Reforma Tributária.
- GT Matriz Energética para o Desenvolvimento – Originou proposta de moção sobre o Pré-Sal, e relatório e proposta de parecer sobre Bioenergia e o Desenvolvimento.
- Grupo de acompanhamento da Conjuntura Econômica – Originou proposta de moção sobre a composição do Conselho Monetário Nacional e relatório sobre Desindexação da Economia.
- Grupo de acompanhamento Políticas Sociais – Originou proposta de criação do Observatório da Equidade.
- GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel – Originou relatório e proposta de moção sobre Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel.
- GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento – Originou proposta de Agenda Nacional de Desenvolvimento.
- GT Micro e Pequena Empresa, Informalidade e Autogestão – Originou relatório e proposta de parecer sobre Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade.

- GT Reforma Previdenciária – Originou Relatório Consolidado Reforma Previdenciária.
- GT Reforma Sindical e Trabalhista – Originou Relatório Consolidado Reforma Sindical e Trabalhista.

Documentos de Referência

<http://www.cdes.gov.br/conteudo/8171/grupos-tematicos.html>

Observatório da Equidade

Objetivos

- Acompanhar o enfrentamento do problema das desigualdades no País e outros desafios para o desenvolvimento propostos pelo CDES na Agenda Nacional de Desenvolvimento.
- Produzir conhecimento e mobilização de atores sociais para exercitar leituras da realidade brasileira, tendo como referência o esforço para desnaturalizar desigualdades e revelar iniquidades e alternativas para políticas públicas pró-equidade.

O Observatório da Equidade foi criado por demanda de um grupo de conselheiros e foi aprovado pelo pleno do CDES, com a finalidade de produzir conhecimentos e análises sobre temas conjunturais ou estruturais considerados mais relevantes para o desenvolvimento brasileiro. O Observatório da Equidade atende à necessidade do Conselho de ampliar o debate público e a participação na elaboração de subsídios para suas recomendações e proposições para políticas públicas encaminhadas ao presidente da República. Cabe ressaltar que a metodologia de diálogo adotada nesses espaços e a diversidade de atores participantes fazem a distinção entre essa iniciativa e outros espaços de participação e de produção de conhecimento.

Data de início

2005

Instrumento legal

- O Observatório da Equidade foi instituído pela plenária do CDES, a partir de proposta dos conselheiros do Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais.

Participação e controle social

O Observatório da Equidade do CDES busca envolver os conselheiros e outros atores sociais e institucionais, acadêmicos e especialistas dos setores público e privado. Essa participação ampliada tem o objetivo de dialogar a partir de informações e subsídios, experiências e análises sobre os temas em observação, aumentando a qualidade e consistência das análises e proposições que subsidiam as recomendações produzidas pelo CDES.

Modelo de gestão

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é o principal ator do Observatório da Equidade e o conjunto de conselheiros é responsável pelas decisões estratégicas referentes à estrutura que envolve um conselho diretor, constituído por membros nomeados em reunião plenária, um comitê técnico e a rede de observação.

O trabalho técnico é executado pelo Comitê Técnico, constituído pelo IBGE, pelo Ipea, pelo Dieese, e pela Sedes/SRI/PR.

A Rede de Observação é formada por adesão e é constituída por organizações governamentais e não-governamentais que estão na área de abrangência das atividades do CDES. O objetivo de interagir com uma rede de organizações é ampliar o debate sobre os problemas e desafios e construir uma abordagem pedagógica de mediação entre o Conselho, a sociedade civil e o Governo Federal. A perspectiva é a de democratizar e dar transparência aos processos que o CDES adota para elaborar as recomendações sobre formulação e adequação de políticas públicas e para acompanhar e avaliar sua execução.

Resultados

O resultado do Observatório da Equidade é obtido pela qualidade e repercussão dos diagnósticos, denúncia das iniquidades e advocacia de um processo de desenvolvimento promotor da equidade, bem como pela forma como se constitui a rede de diálogo no processo de trabalho. Essa rede amplia o espaço de representação do Conselho, os resultados de sua ação e sua influência política. Também é resultado importante desta iniciativa a interação das instituições colaboradoras no Comitê Técnico – IBGE, Ipea, Dieese e Sedes/SRI/PR, que enriquecem o trabalho do Observatório ao mesmo tempo em que influenciam positivamente suas instituições.

Ciclos de observação implementados:

- O acompanhamento da situação educacional brasileira foi o primeiro eixo de observação definido pelo CDES em 2006 para iniciar as atividades do Observatório da Equidade. Classificado como o maior desafio para o desenvolvimento do País, a produção de conhecimento sobre os problemas na escolarização tem, desde então, subsidiado a formulação de recomendações estratégicas pelos conselheiros e mobilizado atores sociais para amplificar o debate e a disseminação sobre o tema.
- O acompanhamento dos efeitos da aplicação do Sistema Tributário Nacional sobre as desigualdades foi iniciado em 2008, impulsionado pelo debate público acerca da reforma tributária com o qual o CDES decidiu colaborar, formulando proposições que foram encaminhadas ao Executivo e ao Congresso Nacional.

Resultados gerais do Observatório da Equidade

- Desenvolvimento de metodologia de observação e mobilização de atores para produção coletiva de conhecimento, com repercussões qualitativas na dinâmica de organizações participantes do Comitê Técnico e da Rede de Observação.
- Publicação de quatro edições do *Relatório de Observação das Desigualdades na Escolarização*; duas edições do *Relatório de Observação dos Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional*; uma edição ilustrada de *Retratos das Desigualdades*, disponibilizadas em meios impresso e digital.
- Construção de espaços de diálogo social e construção coletiva de conhecimentos, realizada em eventos e ferramentas de interatividade digital entre integrantes da Rede de Observação, constituída de cerca de cinco mil participantes, entre acadêmicos, especialistas e organizações governamentais e não governamentais.
- Inserção do tema Novos Indicadores de Riqueza no Brasil – publicação, em parceria com a Universidade de Brasília, do livro *Reconsiderar a Riqueza*, tradução do relatório de Patrick Viveret, além da realização de dois seminários internacionais com videoconferência e participação dos principais autores do tema: Patrick Viveret e Jean Gadrey.
- Participação em mesas de interesse na Conferência Nacional de Educação Básica/2008 e na Conferência Nacional de Educação/2010, para apresentação dos resultados do acompanhamento de indicadores educacionais e tributários.
- Participação em painéis nos XII, XIII e XIV congressos internacionais do CLAD sobre reforma do estado e administração pública, para apresentar a experiência do Observatório da Equidade e os resultados do acompanhamento de indicadores educacionais e tributários.

Documentos de Referência

www.cdes.gov.br/observatoriодаequidade

Cooperação Internacional do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social com outros conselhos econômicos e sociais, instituições similares e organismos internacionais

Objetivos

- Estabelecer acordos de entendimento e cooperação do CDES com outros organismos internacionais e instituições similares
- Divulgar e fortalecer o Conselho como agente capaz de influenciar a agenda internacional econômica e social.
- Construir diálogo entre as sociedades civis dos diversos países
- Fortalecer sistemas democráticos
- Contribuir para a consolidação de relações sociais capazes de promover a paz, a equidade, o pluralismo, a justiça, a solidariedade e a harmonia entre os povos.
- Disseminar conselhos econômicos e sociais pelos diversos países da América Latina e África, contribuindo para a promoção de novas formas e novas instâncias de diálogo social.

Data de início

2003

Participação e controle social

O estabelecimento de acordos e a cooperação do CDES com outros organismos internacionais e instituições similares busca promover a construção de um diálogo amplo entre as sociedades civis de diversos países.

Modelo de gestão

A atuação internacional do CDES tem se realizado sob duas ênfases principais:

- Participação ativa na Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), da qual é membro desde 2003 e na qual exerceu a presidência entre 2007 e 2008.
- Estabelecimento de parcerias bilaterais com diversos organismos internacionais, tais como as estabelecidas com o Comitê Econômico e Social Europeu (Cese), com a Câmara Cívica Russa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros.

Resultados

Entre 2003 e 2010 foram assinados os seguintes acordos de cooperação:

- Memorando de Entendimento para Cooperação CDES e Câmara Pública da Fed. Russa (2009)
- Acordo de Cooperação entre CDES e Conselho Econômico e Social dos Países Baixos (2009)
- Memorando de Cooperação entre CDES e Comissão Tripartite da Coreia do Sul (2006)
- Memorando de Entendimento entre CDES-ONU (2006)
- Memorando de Entendimento entre a Sedes/SRI/PR e a OIT (2003)
- Acordo Interinstitucional entre o CDES e o CES de Portugal (2003)
- Memorando de Entendimento entre o CDES e o Comitê Econômico e Social Europeu (2003)
- Acordo Interinstitucional entre CDES e o CNEL da Itália (2003)
- Memorando de Entendimento entre Brasil e Equador (2003)
- Acordo de Cooperação Interinstitucional entre o CDES e o CES da França (2003)

Documentos de Referência

<http://www.cdes.gov.br/exec/internacional/>

Cooperação entre o CDES e o Cese (Comitê Econômico e Social Europeu)

O memorando de entendimento estabelecido entre o CDES e o Cese, em 2003, conclamou os dois conselhos a promoverem intercâmbios regulares de informações como ferramenta para a construção de um trabalho conjunto voltado para o fortalecimento e a expansão da consciência pública de suas respectivas sociedades, por meio da cooperação entre os povos.

Sendo o CDES uma inovação deste governo e, como consequência, todas as iniciativas estabelecidas em seu âmbito, não é possível compará-lo com políticas anteriores. Cabe, no entanto, ressaltar que os depoimentos e avaliações das lideranças que participaram das mesas-redondas e encontros promovidos no âmbito da cooperação CDES-Cese salientam o aprendizado individual e coletivo proporcionado pelo trabalho dos encontros, identificando as mesas-redondas estabelecidas entre as sociedades civis do Brasil e da União Europeia (UE) como foro permanente de diálogo sobre todas as questões discutidas no âmbito da Parceria Brasil-UE. Suas recomendações constituem importantes sugestões às cúpulas de chefes de Estado.

Objetivo

Estabelecer a cooperação técnica e operacional entre os conselhos buscando contribuir para a consolidação do diálogo institucionalizado entre governos e sociedades civis.

Data de início

17/7/2003

Instrumento legal

- Memorando de Entendimento para Cooperação assinado entre o Cese e o CDES em 17 de julho de 2003, dentro do marco do Acordo-Quadro de Cooperação entre a Comunidade Europeia e a República Federativa do Brasil, de 15 de abril de 1992.

Participação e controle social

As relações entre Brasil e União Europeia, no âmbito da cooperação entre os seus conselhos, é feita por meio de um plano de ação conjunta. Os membros do CDES e do Cese promovem intercâmbio intenso e regular de informações que, posteriormente, são transformadas em recomendações aos governos brasileiro e dos países membros da UE. O instrumento utilizado para resumir

essas recomendações são as declarações finais de mesas-redondas bianuais, realizadas alternativamente no Brasil e em Bruxelas, Bélgica, com representação de 12 conselheiros de cada uma das partes envolvidas.

Modelo de gestão

A cooperação entre o CDES e o Cese é reconhecida como instrumento fundamental de cooperação entre o Brasil e os países membros da União Européia e parte vital da arquitetura institucional construída em torno das relações entre eles. Os chefes de Estado do bloco europeu e do Brasil solicitam às duas instituições a organização de mesas-redondas entre suas sociedades civis organizadas, representadas pelo CDES e Cese, para debater temas de interesse dos referidos atores e para a proposição de alternativas de ação. As relações entre Brasil e União Europeia, na esfera da cooperação entre os seus conselhos, são conduzidas por meio de um Plano de Ação Conjunta, inicialmente construído em 22/12/2008, e pela realização de reuniões temáticas entre representantes do CDES e do Cese.

Resultados

- 2003 - Assinatura do Memorando de Entendimento entre o CDES e o Cese
- 2003/2006 - Intercâmbio regular de informações e trabalho conjunto entre os conselhos dentro do escopo do Memorando de Entendimento.
- 2007 - Seminário conjunto sobre “A União Europeia e o Mercosul: Contribuição das Instituições da Sociedade Civil para o Desenvolvimento Nacional e Regional”, declaração conjunta para contribuir na elaboração do plano de Ação para aplicação dos objetivos da parceria estratégica entre a UE e o Brasil constituída em 4/7/2007, em Lisboa, no decorrer da Primeira Cúpula Brasil-União Europeia.
- 2008 - Aprovação do Plano de Ação Conjunto Brasil-UE na II Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia, apontando para a relevância da cooperação entre o CDES e o Ceses para a consolidação das relações entre as sociedades civis do País e do Bloco.
- 2009 - Participação de representantes do Cese no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento promovido pelo CDES. No mesmo ano, membros do CDES participaram da Conferência sobre o Plano Europeu de Recuperação Econômica promovida pelo Cese. Realização da primeira mesa-redonda, em Bruxelas, tendo como tema central os “Impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da sociedade civil”. Também em 2009, CDES e o Cese participaram da III Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia, em Estocolmo, Suécia.
- 2010 - Realização da segunda mesa-redonda em Belém (PA) na qual foi debatido o tema das “Convenções Internacionais em matéria de Meio Ambiente e a Matriz Energética Mundial”. Foi realizada ainda a terceira mesa-redonda, em Antuérpia, Bélgica tendo como tema a “Dimensão Participativa e Equidade Social” e a questão da Segurança Alimentar. CDES e o Cese participaram da IV Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília.

Documentos de Referência

http://www.cdes.gov.br/exec/internacional/exibe_internacional.php?p=f01200e46c405fdc59c2f03de745ed652ad503b7be

Cooperação entre o CDES e a Câmara Cívica da Federação Russa (CCFR)

Uma vez estabelecida a cooperação entre Brasil e Rússia, desde o ano 2000, sob a forma de acordos de parceria, o CDES e a CCFR consideraram fundamental promover uma relação homóloga entre as sociedades civis dos dois países. Daí a iniciativa de assinatura de memorando de entendimento em 2009. Por outro lado, a influência global dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que estão entre as dez maiores economias do mundo, tem crescido e já demonstra o papel relevante que esses países desempenham, e desempenharão, no cenário internacional nos próximos anos. Dessa forma, são estratégicas todas as iniciativas que contribuam para o fortalecimento e a consolidação desse novo grupo de potências econômicas, sociais e ambientais, com importante papel a desempenhar na governança global.

A promoção da cooperação internacional entre as sociedades civis de diferentes países ainda é uma iniciativa muito recente na história mundial. A parceria estabelecida entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro e a Câmara Cívica da Federação Russa se apresenta como iniciativa de vanguarda no processo de democratização da cooperação internacional voltada para uma agenda mais ampla de diálogo.

Objetivos

- Consolidar as parcerias estabelecidas entre a República Federativa do Brasil e a Federação Russa, no âmbito do acordo de parceria estabelecido entre os dois países em 2000.
- Promover o envolvimento das sociedades civis russa e brasileira no diálogo entre os dois países, bem como promover compromissos mútuos para a promoção de ações que incentivem o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países, os princípios da democracia e da boa governança e que assegurem os direitos humanos no Brasil e na Rússia. Tal ação atua como potente canalizador para a consolidação da parceria Brasil-Rússia no âmbito do BRIC e do próprio grupo.

Data de início

2009

Instrumento legal

- Memorando de Entendimento entre os dois Conselhos durante a Assembleia Geral da Aicesis, ocorrida em Budapeste, Hungria, em 2009.

Participação e controle social

O CDES e CCFR baseiam sua cooperação na troca de programas de trabalho anuais, no compartilhamento de documentos elaborados de interesse comum, na promoção de reuniões e conferências para a troca de experiências e no monitoramento conjunto das negociações entre Brasil e Rússia com vistas a garantir os interesses e as posições das sociedades civis dos dois países no processo de cooperação internacional. Os membros do CDES e da CCFR promovem intercâmbio intenso e regular troca de informações que, posteriormente, são transformadas em recomendações aos governos brasileiro e da federação russa. O instrumento utilizado para resumir essas recomendações são as declarações finais, resultados de mesas-redondas anuais, realizadas alternadamente no Brasil e na Rússia, com representação de conselheiros de cada uma das partes envolvidas.

Modelo de gestão

Todas as reuniões, seminários e colóquios promovidos no âmbito da cooperação entre o CDES e a CCFR contam com a participação de conselheiros representantes dos dois órgãos – assessorados, quando necessário, por especialistas dos tópicos objeto de discussões.

Resultados

2009

- Assinatura de Memorando de Entendimento entre o CDES e a Câmara Cívica da Federação Russa, em Budapeste, durante a Assembleia Geral da Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis)
- Realização da 1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia para debater o tema “Crise Econômica Mundial e Proteção Social: as experiências russa e brasileira”, em Moscou. A Declaração da 1ª Mesa-Redonda foi entregue ao presidente da República, do Brasil durante a 32ª Reunião do Pleno CDES.

2010

- Realização da 2ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia para debater o tema “O Papel do BRIC na formação da nova ordem econômica”, em Brasília. Uma declaração final contendo 21 recomendações foi entregue ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pelas duas delegações que participaram do debate.

Documentos de Referência

http://www.cdes.gov.br/exec/internacional/exibe_internacional.php?p=fo1200e46c405fdc59cdf63fe547ed652ad502bbbe

Cooperação do CDES com a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis)

A Aicesis é um organismo intergovernamental que reúne conselhos econômicos e sociais (CES) de países da África, Europa, América Latina e Ásia.

A participação do CDES na Aicesis permite intercâmbio de experiências entre os países e a junção de esforços para promover mecanismos democráticos no âmbito global.

Objetivos

- Atuar junto a Aicesis para o incentivo a criação de conselhos econômicos e sociais nos países que não os possuem.
- Contribuir, por meio de intercâmbio de trabalhos e pela organização de encontros, com a prosperidade e o desenvolvimento econômico dos povos, assim como para o fortalecimento dos princípios de respeito mútuo e paz, entre sociedades civis democráticas, em conformidade com os princípios das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Data de início

2003

Instrumento legal

- O CDES é membro efetivo da Aicesis desde 2003, inscrito conforme Estatuto da Associação e contribui com seu funcionamento mediante contribuição anual, prevista no Orçamento Geral da União (OGU), programa PPA.

Participação e controle social

A participação do CDES na Aicesis proporcionou a participação do Brasil em diversos fóruns internacionais, além de promover o País como um Estado democrático.

Modelo de gestão

O funcionamento da Aicesis se desenvolve por meio de seus quatro órgãos:

- Presidência
- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Secretaria Geral

A cada dois anos a Aicesis organiza uma conferência internacional ou encontro internacional, quando elege um presidente e um conselho de administração (CA). As assembleias gerais da Aicesis, bem como as reuniões do CA ocorrem anualmente. Paralelamente, funcionam diversos grupos de trabalhos temáticos, definidos de acordo com a agenda discutida previamente entre seus membros.

Resultados

Eleito pelos conselhos membros, o CDES exerceu a presidência da Aicesis entre 2007 e 2009, cabendo a ele a representação internacional da associação perante a comunidade internacional e a condução dos trabalhos nesse período. No período de presidência da organização, o CDES propôs, como tema de trabalho, o tópico: "Desenvolvimento com equidade e responsabilidade ambiental". O relatório final, sob a responsabilidade do Conselho, refletiu uma posição consensual de representantes da sociedade civil de vários países sobre o assunto. O texto foi muito bem recebido pelos conselheiros da Aicesis e posteriormente levado como posição da Associação à Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 15), o que demonstrou a importância e a responsabilidade do Brasil em todo o processo de discussão e condução dos trabalhos.

No âmbito da cooperação internacional do CDES com a Aicesis foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Missão Internacional da SRI para preparação da Reunião do Conselho de Administração da Aicesis, em 2007 (visita aos conselhos holandês, húngaro, português e espanhol)
- Instituição do Prêmio Internacional Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2007
- Reunião do Conselho de Administração da Aicesis realizado em Lençóis, Bahia, 2007
- Participação de delegação do CDES no 11º Encontro Internacional da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), 2008.
- Participação do CDES na Comissão Relatora da Aicesis sobre o tema proposto pelo Brasil: "Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental", 2008.
- Representação da Aicesis no Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU, 2008.
- Participação do CDES, com dois delegados, da Universidade de Verão Internacional 2009, organizada pelo Conselho Econômico e Social dos Países Baixos (SER), no período de 16 a 23/8/2009.

- Apresentação do documento Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental, elaborado sob a responsabilidade do CDES para a Convenção de Mudanças Climáticas da ONU, realizada em Copenhague, Dinamarca, em 2009.
- Participação do CDES na reunião do Conselho de Administração da Aicesis, 2009.
- Participação do CDES na reunião da comissão responsável pela relatoria do tema de trabalho 2009/2011 da Aicesis, intitulado “O Papel dos Conselhos Econômicos Sociais e Instituições Similares no Novo Modelo Econômico, Social e Ambiental de Governança Global”, em Roma, 2009.
- Participação de delegação do CDES na Assembleia Geral da Aicesis e nas reuniões do Conselho de Administração e grupos de trabalho da Associação, em Nova Iorque (EUA), 2010.
- Seminário sobre Governança Global realizado em Brasília, 2010.

Documentos de Referência

http://www.cdes.gov.br/exec/internacional/exibe_internacional.php?p=f01200e46c405fdc59cdf63de64bed652ad501b9b6

Seminários, colóquios e outros eventos do CDES

Objetivo

- Debater temas estratégicos, buscando informações, mapeando propostas e ampliando o diálogo com outras lideranças, intelectuais e especialistas, brasileiros e internacionais, sobre os temas relevantes para o desenvolvimento do País.

Seminário Internacional sobre Desenvolvimento

Tendo como pano de fundo a crise financeira internacional, o seminário buscou aprofundar a análise sobre questões como o padrão de desenvolvimento brasileiro, o papel do Estado, a integração entre os países, a regulação do sistema financeiro internacional e os desafios das instituições financeiras multilaterais. Reuniu, além dos membros do CDES, outras lideranças sociais e políticas, bem como especialistas brasileiros e internacionais, representantes do Governo e de organismos multilaterais.

Data de realização

5 e 6/3/2009

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/4004/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-29-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento.html>

Seminário sobre Reforma Política

O Seminário Reforma Política foi promovido com o objetivo de agregar as perspectivas do Congresso, da academia e de outros atores sociais sobre reforma política, qualificando a contribuição do CDES ao tema, além de colaborar no esclarecimento e na mobilização da sociedade em torno da reforma.

O seminário foi promovido por uma parceria entre a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e o Ministério da Justiça e contou com apoio institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Instituto de Estudos Socioeconômicos, da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação Nacional da Indústria, da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Ordem dos Advogados do Brasil. O seminário gerou subsídios significativos para o parecer do CDES sobre a reforma política encaminhado ao presidente da República em julho de 2007.

Data de realização

14/6/2007

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/1541/gt-reforma-politica-seminario-reforma-politica.html>

Seminário sobre Desenvolvimento: A Agenda Nacional de Desenvolvimento em Debate

O seminário buscou estimular o debate sobre o desenvolvimento brasileiro como tarefa e responsabilidade compartilhada entre atores sociais e os diferentes níveis de governo. Reuniu parlamentares, conselheiros, representantes do BNDES, universidades, economistas, além de instituições de pesquisa, ONGs e associações.

Dentre os participantes do evento, estiveram Jan Kregel, economista-chefe do *Financing for Development Office* da ONU e professor do Departamento de Economia da Universidade de Bolonha (Itália); Ha-Joon Chang, diretor-assistente de estudos sobre desenvolvimento, da Universidade de Cambridge; Luiz Gonzaga Belluzo, pesquisador e professor do Departamento de Economia e Planejamento da Universidade Estadual de Campinas; além dos economistas Antônio Delfim Netto e Maria da Conceição Tavares; e de conselheiros do CDES.

O encontro serviu como apresentação pública da Agenda Nacional de Desenvolvimento, aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Síntese das discussões foi encaminhada ao presidente da República.

Data de realização

22/3/2006

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/221/seminario-sobre-desenvolvimento.html>

Mesa-Redonda Regional da América Latina: Mobilização e Diálogo Social para Promover os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A Mesa-Redonda Regional da América Latina foi o terceiro encontro em sequência promovido pela Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), em parceria com o Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU nos continentes. A intenção era mobilizar as sociedades para que se envolvessem para atingir as Metas do Milênio, acordadas pelos países membros da ONU em 2000 e reafirmadas em 2005.

Participaram da discussão instituições de ensino, órgãos governamentais, agências internacionais de cooperação, ONGs e organizações do setor empresarial e dos trabalhadores, além de delegações de organismos de diálogo social de Argélia, Benin, Bolívia, China, Espanha, França, México e da União Europeia, além de representantes da União da Mesa-Redonda Regional América Latina.

Objetivos

- Identificar ferramentas didático-pedagógicas para apoiar a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos territórios.
- Promover a propagação da prática de diálogo social, apostando na idéia de que a atuação das sociedades, em parceria com os governos, é fundamental para promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades nos países

Data de realização

17 e 18/1/2006

Documento de referência

http://www.cdes.gov.br/exec/internacional/exibe_internacional.php?p=f01200e46c405ddd5bc3f73ce440ed652ad501bbbb

Mesa-Redonda Diálogo Social: Alavanca para o Desenvolvimento

A mesa-redonda foi realizada para ampliar o debate sobre desenvolvimento para além das fronteiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), para trocar ideias e promover a apropriação da inteligência e sabedoria coletiva. A intenção era definir o que é desenvolvimento e quais objetivos um país deve ter para se desenvolver. Além disso, buscou-se entender quais variáveis estão envolvidas no processo, em um esforço inicial de discutir o desenvolvimento, um tema dinâmico e complexo, com vários eixos estruturantes em constante interação com a conjuntura política e econômica nacional e internacional, bem como um marco no processo de mobilização empreendido pelo Conselho.

A mesa-redonda fez parte do esforço do CDES na elaboração de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento, articulada com o Projeto Brasil em Três Tempos, coordenado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pela Casa Civil e pelo CDES.

Data de realização

5/8/2004

Documentos de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/301/agenda-nacional-de-desenvolvimento-mesa-redonda-dialogo-socialalavanca-para-o-desenvolvimento.html>

Fórum de Lideranças Nacionais Pela Concertação

Evento promovido pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal e pela Fundação Dom Cabral (FDC), reunindo representantes de diversos segmentos da sociedade, como empresários, sindicalistas, integrantes de movimentos sociais e intelectuais. O Fórum buscou dar o primeiro passo no desenho de um projeto de nação para o Brasil, pautado na construção de um cenário de desenvolvimento sustentável, estabelecendo assim um norte. Na sequência, seria sucessiva e amplamente concertado pela sociedade, para tornar possível traçar um caminho explícito para o futuro, no País.

Os integrantes do Fórum realizaram várias produções que foram consolidadas e sintetizadas em texto, expressando assim o desejo, coletivamente elaborado, do País que almejamos no ano 2020: Visão Brasil 2020 – Fundamentos da Visão e Ações Desafiadoras.

Data de realização

18 e 19/9/2003

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/322/forum-de-liderancas-nacionais-pela-concertacao.html>

Colóquio sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e na América Latina

O debate foi promovido em parceria com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para aprofundar as discussões sobre a situação atual e as perspectivas de Segurança Alimentar e Nutricional, no Brasil e na América Latina, a partir do olhar do Governo, da sociedade civil e de organismos internacionais. O colóquio serviu ainda como ferramenta de preparação dos conselheiros do CDES para debater o tema de Segurança Alimentar e Nutricional na mesa-redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia.

O resultado do encontro embasou o documento encaminhado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico à 3ª Mesa da Sociedade Civil Brasil e União Europeia, que ocorreu em setembro de 2010, em Antuérpia, na Bélgica. Pela primeira vez, o tema segurança alimentar foi discutido no conselho que reúne representantes da sociedade civil de 25 países europeus.

Data de realização

22/6/2010

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/6041/coloquio-sobre-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil-e-na-america-latina.html>

Colóquio Desafios e Oportunidades do Cooperativismo

Durante o colóquio Desafios e Oportunidades do Cooperativismo, houve um debate sobre como o cooperativismo pode ser importante em um cenário de crise econômica mundial como a iniciada em 2008. Além disso, foram abordados os principais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que podem ajudar a impulsionar as cooperativas brasileiras.

Foram também debatidos os seguintes temas:

- A legislação do cooperativismo
- O estímulo ao cooperativismo
- Medidas para enfrentar a crise e interlocução institucional

Ao final do evento foi redigida uma moção, aprovada pelo pleno do CDES e encaminhada ao presidente da República, recomendando a aprovação da legislação referente à cooperativa, a criação da moeda social, o incentivo ao aumento da participação das cooperativas no Sistema Financeiro Nacional, dentre outras medidas.

Data de realização

18/2/2009

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/1541/gt-reforma-politica-seminario-reforma-politica.html>

Colóquio de Licenciamento Ambiental

O Colóquio de Licenciamento Ambiental resultou de uma solicitação da Confederação Nacional da Indústria, que encaminhou ao presidente da República sete temas prioritários para discussão sobre o desenvolvimento do setor industrial, dentre os quais, o licenciamento ambiental.

O evento colaborou com o esforço do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) no sentido de montar uma agenda comum para discussão do licenciamento em setores prioritários e temas transversais. A proposta foi caminhar em direção ao desenvolvimento sustentável, tendo como base o crescimento econômico, a distribuição de renda, a geração de emprego e a garantia da qualidade ambiental. O colóquio ressaltou ainda a necessidade de derrubar a lógica da dicotomia e chegar a um ponto de equilíbrio entre os diversos setores do poder público, setor privado e sociedade civil.

Data de realização

19/4/2004.

Documento de referência

<http://www.cdes.gov.br/evento/81/coloquio-licenciamento-ambiental.html>

Diálogos Locais e Conferências de Concertação da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Sedes

A iniciativa se constituiu em uma ferramenta inovadora para a construção de políticas integradas de desenvolvimento regional e uma relação federativa mais centrada no interesse público. Todas as ações tiveram objetivos precisos e buscaram resultados concretos para enfrentar os problemas detectados.

Os Diálogos Locais e as Conferências de Concertação foram instituídos a partir do esforço sistemático do Governo, de interlocução com os diversos agentes que compõem o tecido social.

Em 2005, a partir da experiência acumulada, a Sedes pôde avaliar com mais clareza o momento de saída dos processos de diálogos locais, tendo em vista o ganho de autonomia dos atores regionais.

Objetivos

- Difundir o diálogo, a cultura da concertação
- Ampliar o debate em nível nacional a partir de experiências concretas.

Data de início

2003

Participação e controle social

Em um contexto de discussão ampliada com a sociedade, os Diálogos Locais e as Conferências de Concertação – enquanto instrumentos de interação entre o Governo, nas suas diferentes esferas –, e a sociedade – nas suas diferentes formas de representação –, constituíram uma ferramenta na busca de soluções e encaminhamentos consensuais sobre temas regionais, funcionando também como espaços para discussão de temas nacionais, bem como reprodução das agendas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Dessa forma, o diálogo em prol do desenvolvimento contribuiu para a ampliação da capacidade dos atores regionais.

Modelo de gestão

A Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) foi o principal ator no trabalho sistemático de interlocução intra e entre Governo e territórios, buscando articular os recursos governamentais às demandas dos atores regionais visando construir e executar de um plano de ação territorial.

No processo de articulação e mobilização de atores para levantar os recursos a serem aportados na construção do plano de ação, a estratégia usada foi a de promover reuniões, debates e colóquios para ampliar o debate sobre as potencialidades e os gargalos do território e construir uma metodologia de intervenção em sistemas locais.

Dessa forma, os diferentes setores da sociedade e dos governos convergiam para uma integração de esforços rumo à implementação do plano de ação.

O trabalho técnico de construção e monitoramento dos planos de ação, mediante diálogo social com o território, foi executado por Grupos Técnicos Executivos constituídos por representantes de vários órgãos dos três níveis de governo e do território, facilitando e legitimando a articulação e a provisão de recursos para o desenvolvimento dos projetos.

Resultados

O resultado dos Diálogos e das Conferências de Concertação é entendido pelo potencial multiplicador da experiência no apoio a processos de diálogo com atores locais e regionais e pelo aumento nos níveis de legitimidade obtidos pelas vinculações entre organizações parceiras na realização de objetivos coletivamente traçados. Entre 2003 e 2005 foram realizados 11 Diálogos e seis Conferências de Concertação.

DIÁLOGOS E CONFERÊNCIAS DE CONCERTAÇÃO DE 2003 A 2005

Diálogos	Local
Prevenção da Violência	Recife (PE)
Metade Sul	Santa Maria e Pelotas (RS)
Esforço Exportador	Caxias e Gravataí (RS)
Desenvolvimento e Inclusão Social	Fortaleza (CE)
Gênero e Raça no Trabalho e na Cultura	Salvador (BA)
Saneamento e Revitalização Ambiental	Varginha (MG)
Agronegócios	Santa Cruz do Sul/ (RS)
Transparência e Controle	Teresina (PI)
Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Sisal	Bahia
Diálogo para o Desenvolvimento Sustentável da Região da Quarta Colônia	Rio Grande do Sul
Missões	Rio Grande do Sul

Parceria entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e a Petrobras

Objetivos

Participar e contribuir com o desenvolvimento da rede de apoio voltada à “Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras”, iniciativa conjunta da empresa, do Ministério do Planejamento, da Fundação Nacional da Qualidade e do Movimento Brasil Competitivo.

Data de início

Dezembro de 2009

Instrumento legal

- Entidades representativas de vários segmentos de abrangência nacional foram convidadas pelo gabinete da presidência da Petrobras a participar da rede cooperativa da empresa. A aposta do CDES, como instituição representativa da sociedade, é de colaborar na definição dos grandes rumos do País de forma compartilhada, o que o credenciou a fazer parte desta rede.

Participação e controle social

A rede “Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras” envolve as organizações empresariais e de trabalhadores da cadeia nacional de fornecedores de petróleo e gás, os ministérios do Governo Federal, as secretarias estaduais de Planejamento e Administração e as entidades de fomento e financiamento do desenvolvimento brasileiro, perfazendo um total de 60 entidades.

Dentre outros objetivos, a rede busca integrar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável, a distribuição de benefícios e a inovação com resultados para a sociedade.

Os conselheiros do CDES participaram ativamente de grupos de trabalho relacionados ao tema da relevância do investimento em P&D e Inovação, do desenvolvimento de territórios impactados por grandes investimentos e ampliação dos investimentos em infraestrutura.

Modelo de gestão

O modelo de governança da rede de melhoria da gestão é composto por duas instâncias:

- Comitê Consultivo – formado por todos os integrantes da rede. Opera por meio de oficinas para formulação e avaliação estratégicas da rede.
- Comitê de Governança ou Secretaria Executiva, formado por membros fixos mantendo representatividade de segmentos estratégicos. Cabe à Secretaria deliberar sobre diretrizes, focos, recursos e promover o fortalecimento das interações pessoais e organizacionais na rede (mobilização).

O CDES faz parte do Comitê de Governança da rede da Petrobras, o que permite a sua inserção nas várias ações pró-desenvolvimento brasileiro para os próximos anos.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A rede voltada à “Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras” foi criada para planejar um aproveitamento pleno das reservas estratégicas do pré-sal e possibilitar a formulação de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil, ao influir na dinâmica econômica regional e transformar esta riqueza num conjunto de benefícios para a sociedade brasileira por várias gerações.

A participação nesta rede atende à necessidade do CDES, como instituição representativa da sociedade, de ampliar o debate público com as diversas entidades participantes a fim de discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para viabilizar um projeto de desenvolvimento de longo prazo como o combate às desigualdades sociais e regionais do Brasil.

Resultados

Ampliação do espaço de representação do Conselho, os resultados de sua ação e sua influência política.

Interação das instituições participantes da rede.

De dezembro de 2009 até outubro de 2010 foram produzidos e realizados pelo CDES:

- Oficina sobre financiabilidade da cadeia de fornecedores de bens e serviços da Petrobras, para formular objetivos de longo, médio e curto prazos para financiamento e desenvolvimento tecnológico da cadeia nacional de bens e serviços da Petrobras.
- Dois colóquios sobre desenvolvimento local e regional no contexto de grandes investimentos para debater a qualidade do planejamento e da gestão local e regional das regiões da área de influência dos principais investimentos ao longo da cadeia produtiva de petróleo e gás, impulsionando o desenvolvimento sustentável dessas áreas.
- Moção sobre o pré-sal e o novo padrão de desenvolvimento encaminhada ao presidente da República.

Disseminação dos produtos e dos instrumentos do diálogo social

Objetivos

- Ampliar o diálogo em torno do desenvolvimento brasileiro, aumentando a qualidade e a viabilidade das proposições do CDES.
- Apoiar a criação de espaços institucionais de diálogo entre o econômico e o social nos estados e municípios brasileiros

Data de início

2004

Resultados

- Em 2006 foram realizadas cinco reuniões regionais para debate e disseminação dos Enunciados Estratégicos.
- Em 2010 ocorreram 13 Reuniões regionais para debate e disseminação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.
- Com apoio do CDES, foram criados quatro conselhos de desenvolvimento econômico e social similares ao CDES em cinco estados e três em municípios.

MARCOS LEGAIS

No Brasil, as relações do Poder Executivo com o Congresso Nacional e os entes federados foram institucionalizadas a partir de 1938. As atribuições relativas a essas relações estiveram a cargo de diferentes estruturas organizacionais da Presidência da República: Casa Civil (1938, 1992, 1999), Gabinete Civil (1986) e Secretaria Geral (1990).

A atribuição de promover a articulação entre Governo e sociedade surgiu pela primeira vez na estrutura da Presidência da República em 1986, como competência da Subchefia para Assuntos Institucionais, unidade do Gabinete Civil. Com a posse do presidente da República, em 2003, o rearranjo estrutural da Presidência manteve a estrutura da Casa Civil – com atribuições de coordenação política e administrativa –, e a da Secretaria Geral, com funções concernentes ao relacionamento com a sociedade civil organizada. A coordenação política do Governo foi transferida, em 2004, para a Secretaria de Coordenação Política e Articulação Institucional, que integrou as relações com o Congresso e os entes federados.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi criado pela Lei nº 10.683/2003, como órgão de assessoramento direto ao presidente da República, coordenado pela então Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Lei nº 11.204/2005, ao criar a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, reuniu, em um único órgão, as funções de relação com o Congresso e os entes federados e a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A criação da SRI garantiu, por meio de uma única estrutura, e respeitando as competências específicas das unidades que compõem a Secretaria, a condução do relacionamento com as representações da sociedade civil, por meio do CDES, com o Congresso Nacional, os partidos políticos e os entes federados, além de viabilizar a articulação dos projetos e das agendas de interesse, construindo, por meio do diálogo, a governança e a governabilidade essenciais a um projeto de desenvolvimento nacional.

Modelo de Gestão

O diálogo respeitoso, inclusivo e plural é ferramenta fundamental das relações institucionais, tanto as estabelecidas junto ao Congresso Nacional e os partidos políticos, quanto junto aos entes federados e à sociedade civil. O modelo de gestão tem como base, portanto, a criação e o fortalecimento das instâncias que favorecem o diálogo e a pactuação.

Assim, podemos destacar:

- O Comitê de Articulação Federativa (CAF), em 2003, hoje reconhecido como principal espaço de concertação de uma agenda política compartilhada entre o Governo Federal e os municípios, representados pelas três entidades nacionais.
- Os fóruns de governadores do Nordeste, da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, e o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), que promovem o diálogo e a concertação de uma agenda política regional entre os governadores.

- Os gabinetes de Gestão Integrada do Programa de Aceleração do Crescimento, responsáveis pela supervisão e resolução de entraves na execução de obras, e dos Comitês de Articulação Estaduais, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC), colegiados que contam com a participação de entes federados no âmbito de programas de governo.
- Outros sistemas federativos, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema de Assistência Social (Suas), que absorvem recursos crescentes por intermédio de fundos estaduais e municipais e adotam um modelo de gestão compartilhada das políticas públicas, por meio de comissões tripartites e controle social.
- Sistema de Acompanhamento Legislativo (Sial), que atende às necessidades de assessoramento e informação da Presidência da República e de demais órgãos federais, quanto às atividades do Congresso Nacional. Da mesma maneira, atua para aproximar os assessores parlamentares, integrantes do Sistema, dos órgãos de representação governamental nas Casas Congressuais – as lideranças do Governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional.
- O Conselho Político da Coalizão, composto pelos presidentes e líderes dos partidos coligados, foi importante no planejamento e execução das políticas implementadas ao longo do segundo mandato. O Conselho representa um esforço de estruturação da relação com o Congresso, tendo como base o conteúdo programático da coalizão de Governo e a mediação dos programas partidários que o compõem.
- O CDES, fórum consultivo majoritariamente da sociedade civil, enquanto integra o órgão responsável pelas relações institucionais do Governo (SRI), contribui para agregar a participação da sociedade âmbito destas relações. Funciona a partir de reuniões do pleno do CDES, grupos de trabalho, seminários, colóquios e outros eventos. Como parte da governança do Conselho, com funções de partilhar a gestão, contribuir para dar maior efetividade ao diálogo entre os conselheiros, a interlocução com o Governo e outros atores sociais e institucionais, foi constituído, em 2007, o Comitê Gestor do CDES, formado por seis membros escolhidos por seus pares e renovados periodicamente.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

- ALMEIDA, M. F.; ANGELO, A. M. S.; RESENDE, G. M. *Uma análise dos fundos constitucionais de financiamentos do Nordeste (FNE), norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)*. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1206).
- CASTRO, J. A.; CARDOSO JUNIOR, J. C. *Dimensionamento e análise das finanças sociais do Governo Federal: 1995 a 2002*. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1213).
- CICONELLO, A. A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/estudo/7208/a-participacao-social-como-processo-de-consolidacao-da-democracia-no-brasil-alexandre-ciconello.html>>.
- COSTA, V. M. R. Democratização de estruturas de governo no Brasil. In: XXII CONGRESO DE LA FIEALC, 2005. mar. 2005.
- _____. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um experimento democrático*. Porto Alegre: Mimeo, 2006.
- ESTUDOS FEDERATIVOS: Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/EstudosFederativos>>.
- FIORAVANTE, D. G. *Lei de Responsabilidade Fiscal e finanças públicas municipais: impacto sobre despesas com pessoal e endividamento*. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão n. 1223).
- FLEURY, S. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula*. Texto entregue aos Conselheiros. Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/noticia/541/o-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-do-governo-lula-conselheira-sonia-fleury.html>>
- GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. *Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios*. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1243).
- KOWARICK, L. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um Processo em Construção*. São Paulo: Mimeo, 2003.
- KUNRATH, R. J. CDES: *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil*. 2005. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- MENDES, C. C.; SOUSA, M. C. S. Demand for locally provided public services within the media voter's framework: the case of the Brazilian municipalities. Out. 2004.
- _____. *O papel da demanda na despesa pública em educação e saúde em municípios brasileiros*. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1197).

- MORA, M.; GIAMBIAGI, F. *Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da dívida estadual e municipal*. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão n. 1142).
- MOTTA, R. S.; MOREIRA, A. *Eficiência na gestão municipal no Brasil*. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão n. 1301).
- NASSIF, L. O Pacto de Lisboa. *Folha de São Paulo*, 6 ago. 2004.
- PAIVA, M. O mérito da questão. *O Liberal*, 28 abr. 2003.
- PIANCASTELLI, M. et al. Esforço fiscal dos Estados brasileiros. set. 2004
- PINTO, M. B. Coisas do Brasil: O Conselho que congrega o Brasil. *Jornal do Brasil*, 13 nov. 2004.
- REIS, E. J. et al. *O PIB dos municípios brasileiros: metodologia e estimativas*. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão n. 1064).
- REFLEXÕES SOBRE O CDES. Equipe Sedes, mar. 2009. Disponível em:
- <<http://www.cdes.gov.br/artigo.html>>; <<http://www.cdes.gov.br/estudo.html#>>;
- <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/6808/publicacoes-do-cdes.html>>
- REVISTAS GOVERNO FEDERAL E MUNICÍPIOS. Disponível em: < <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/RevistasSaf>>.
- TAPIA, J. R. B. A construção do futuro: reflexões sobre o Conselho Econômico e Social. *Correio Braziliense*, 25 ago. 2005.
- _____. *Concertação, diálogo social e diálogo civil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- VIZEU, F.; BIN, D. Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. In: XXIX EnANPAD, 2005, Brasília. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=50>.
- WAGNER, J. O CDES do Brasil e a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais. *Le Journal du Parlament*, set. de 2004.
- _____. Um fórum de participação da sociedade. *Revista Conjuntura Econômica*, fev. de 2005.